

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUACAO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

TAINÃ COSTA FERNANDES

**A ESTÁTUA DE UMA GAROTA PELA PAZ: A MATERIALIZAÇÃO DA LUTA
DAS "MULHERES DE CONFORTO" E O DESCONFORTO POLÍTICO**

**JOÃO PESSOA
2022**

TAINÃ COSTA FERNANDES

**A ESTÁTUA DE UMA GAROTA PELA PAZ: A MATERIALIZAÇÃO DA LUTA
DAS "MULHERES DE CONFORTO" E O DESCONFORTO POLÍTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação em Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henrique Ferreira.

JOÃO PESSOA
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F363e Fernandes, Taina Costa.

A estátua de uma garota pela paz: a materialização da luta das "Mulheres De Conforto" e o desconforto político / Taina Costa Fernandes. - João Pessoa, 2022. 87 f. : il.

Orientação: Túlio Ferreira.

TCC (Graduação) - UFPB/Relações Internacionais.

1. Política visual global. 2. Mulheres de Conforto. 3. Escravidão sexual militar. 4. Relações bilaterais - Coreia do Sul - Japão. I. Ferreira, Túlio. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327.36(02)

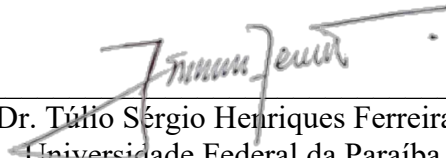
TAINÃ COSTA FERNANDES

**A ESTÁTUA DE UMA GAROTA PELA PAZ: A MATERIALIZAÇÃO DA LUTA
DAS "MULHERES DE CONFORTO" E O DESCONFORTO POLÍTICO**

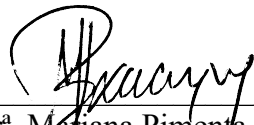
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 01 de Dezembro de 2022

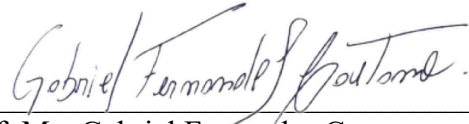
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof.ª Dr.ª Mariana Pimenta Oliveira Baccarini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Me. Gabriel Fernandes Caetano
Doutorando na Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro

À minha mãe e amiga, Tânia Costa. Sua luz me orienta e me inspira a viver e a voar fora da asa!

AGRADECIMENTOS

Aproveito a ocasião para expressar aqui minha gratidão ao orientador deste trabalho, o Prof. Dr. Túlio Ferreira, pela contribuição à minha formação acadêmica; aos professores componentes da banca examinadora, Prof.^a Dra. Mariana Baccarini e Prof. Ms. Gabriel Caetano, pela atenção e pelos conhecimentos compartilhados sobre a importância das artes para o estudo das relações internacionais.

Aos professores do Departamento de Relações Internacionais da UFPB e aos profissionais do Centro Internacional de Negócios e da Federação das Indústrias da Paraíba, pelo impacto positivo na minha formação enquanto internacionalista.

Agradeço ainda à UFPB e a todas as universidades públicas brasileiras por transformarem a realidade desse país e à UNI VECHTA, por ter me agraciado com um intercâmbio acadêmico e com as aulas da professora Seul Lee – que me apresentou e despertou o meu interesse sobre a causa das “*mulheres de conforto*” em uma de suas aulas.

Ademais, sou grato a todos aqueles que contribuíram e apoiaram a minha jornada acadêmica. Em especial ao meu avô, pais e irmã, que sempre apoiaram meus estudos e ajudaram a realizar meu sonho de cursar Relações Internacionais.

Aos queridos Mateus, Claudia e Jens, que por causa desta pesquisa prestaram suas visitas à Estátua da Paz em Berlim. O suporte de vocês me deu ânimo para escrever.

Por fim, nada disso teria sido possível sem o apoio dos meus amigos.

A todos vocês: muito obrigado!

*"Em meu corpo miserável, eu vivo para ver um
outro dia."*

(Duk-Kyung Kang, vítima da escravidão sexual
militar japonesa)

RESUMO

O presente trabalho investiga os aspectos da disputa existente entre a Coreia do Sul e o Japão pela memória das “mulheres de conforto”, vítimas de um sistema de escravidão sexual militar instaurado no início do século XX. Atualmente, esta questão permanece sendo um dos maiores empecilhos para as relações bilaterais entre esses países. A partir da hipótese de que o Monumento da Paz materializou este conflito por memória e imagem nacional e que a construção de suas réplicas pelo mundo disseminou o tema, este trabalho busca analisar como a disputa de interesses políticos em torno da reparação das “mulheres de conforto” se tornou um conflito político-visual.

PALAVRAS-CHAVE: Ásia Oriental; Grupos de Interesse; Memória Nacional; Mulheres de Conforto; Política Visual Global.

ABSTRACT

This paper investigates aspects of the dispute between South Korea and Japan over the memory of the "comfort women," victims of a system of military sexual slavery established in the early twentieth century. Currently, this issue remains one of the major impediments to bilateral relations between these countries. Starting from the hypothesis that the Peace Monument materialized this conflict for memory and national image and that the construction of its replicas around the world disseminated the issue, this paper seeks to analyze how the dispute of political interests around the reparation of the "comfort women" became a political-visual conflict.

Keywords: Comfort Women; East Asia; Global Visual Politics; Interest Groups; National Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Réplica da Estátua de Uma Garota pela Paz, em Berlim.....	13
Figura 2 - Monumento da Paz em Seul, Coreia do Sul.....	54
Figura 3 - Vista do edifício da Embaixada japonesa.....	56
Figura 4 - Protestantes em Busan, Coreia do Sul, protegendo a figura de bronze	62
Figura 5 - Estátua da Paz em Glendale, vandalizada.....	66
Figura 6 - Protestantes junto a 200 cadeiras vazias simbolizando vítimas da escravidão sexual militar japonesa, em frente ao Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros em Berlim	70
Figura 7 - Mulher estadunidense, descendente de coreanos, interage com réplica do Monumento da Paz em Glendale, EUA.....	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1. A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA.....	17
2.1.1. A Influência dos Grupos de Interesse na Política Externa	21
2.2. A VIRADA ESTÉTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	26
2.2.1 A Abordagem Estética das Artes nas RI	26
2.2.2. A Política Visual Global	29
3. A QUESTÃO DAS “MULHERES DE CONFORTO”: UMA DISPUTA DE INTERESSES E NARRATIVAS	32
3.1. O SISTEMA MILITAR DE ESCRAVIDÃO SEXUAL	32
3.2. O MOVIMENTO POR REPARAÇÃO HISTÓRICA E SEUS EFEITOS NAS RELAÇÕES BILATERAIS	37
3.3. O CONFLITO ENTRE GRUPOS DE INTERESSES	45
4. O MONUMENTO DA PAZ E SUAS RÉPLICAS: ÍCONES DE UMA DISPUTA GLOBAL	52
4.1 O MONUMENTO DA PAZ E SEUS SIGNIFICADOS ESTÉTICOS E POLÍTICOS.....	53
4.2 A REPLICAÇÃO DO MONUMENTO E A PROPAGAÇÃO DA DISPUTA.....	60
4.2.1 A réplica em Busan.....	61
4.2.2 As réplicas nos Estados Unidos.....	63
4.2.3 A réplica em Berlim.....	67
4.3 OS EFEITOS DO MONUMENTO E SUAS RÉPLICAS SOBRE A DISPUTA.....	71
5 CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS.....	79

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a luta por reparação das antigas “mulheres de conforto” e seus desdobramentos político-visuais. Como será apresentado, essa questão histórica deu origem a uma disputa entre a Coreia do Sul e o Japão pela memória dos laços coloniais que os unem e pela reputação de suas imagens nacionais. Ao discorrer de forma geral sobre esse episódio da história asiática, Ching (2019) afirma que a questão das “mulheres de conforto” é uma história sobre a guerra, a violência de gênero e a violência racial cometida contra mulheres asiáticas. Para Soh (2008), as vítimas sofreram uma violência originada na "convergência do sexismo, classismo, racismo, colonialismo, militarismo e imperialismo capitalista" (p. XIII).

Esse conflito de política externa está inserido no fenômeno regional das “Guerras de História” (ou “*reikishisen*” em japonês) e ainda no amplo fenômeno da “Guerra de Estátuas”. O primeiro deles se refere a um conflito por uma memória histórica, originado por ações do governo do Japão que buscam atender as demandas dos grupos nacionalistas. Ele surge como uma resposta governamental aos setores conservadores da sociedade japonesa, que tem promovido iniciativas para apagar a memória de crimes do império japonês e promover uma agenda histórico-revisionista.

Assim, a memória das vítimas do domínio colonial japonês vêm sendo ameaçada por esses grupos, que refutam a existência de eventos como o Massacre de Nanking¹, o sistema de trabalho forçado imposto aos homens dos territórios dominados² e o sistema de escravidão sexual militar imposto às mulheres dessas localidades. A respeito deste último crime, os atuais revisionistas históricos do Japão consideram a remoção de memoriais comemorativos às vítimas, denominadas “mulheres de conforto”, como uma de suas lutas centrais. Essas iniciativas, contudo, têm ido de encontro à mobilização de grupos sul-coreanos que lutam pela reparação das sobreviventes e respeito às memórias das que já se foram, como assinala Mladenova (2020).

Já a “Guerra das Estátuas” consiste na eclosão de protestos pela derrubada de monumentos que exaltam colonizadores ou personalidades históricas controversas de

¹ O “Massacre de Nanking” refere-se à conquista e assassinato em massa de civis chineses por tropas japonesas em 1937, tido como um dos piores crimes cometidos no contexto da Segunda Guerra Mundial. Para mais informações, ver: FOGEL, J. A. (2000).

² Esse sistema de escravidão moderna imposto pelos militares japoneses empregou a mão de obra de milhões de civis e prisioneiros asiáticos, forçados à construção de grandes obras como a ferrovia da Birmânia ou à exploração de minas de carvão na ilha Hashima. Para mais informações, ver: NAKANO, 1997.

diferentes países. Como principal expoente desse fenômeno, o movimento social “*Rhodes Must Fall*”, que luta pela derrubada da efígie de Cecil Rhodes na Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul, pode ser citado³. Já no Brasil chamam atenção os protestos com incêndios à efígie do bandeirante Manuel de Borba Gato⁴.

Uma vez que as “mulheres de conforto” foram vítimas de um sistema de escravidão sexual imposto pelas tropas militares de um império colonial, os monumentos que serão abordados mais à frente, se inserem nas lutas anticoloniais que levaram ao fenômeno da “Guerra de Estátuas”. Apesar disso, o caso que será apresentado aqui não vai tratar do movimento pela derrubada de estátuas comemorativas de líderes coloniais, mas da preservação e construção de estátuas que homenageiam as vítimas do patriarcalismo colonial (SEARGEANT; GIAXOGLU, 2019).

Por sua vez, o termo “mulheres de conforto” surgiu como um eufemismo dos japoneses, utilizado para se referir a estas mulheres e disfarçar o que elas eram de fato: escravas sexuais. Na língua japonesa, essas mulheres eram denominadas “*ianfu*”. Já a palavra *wianbu* seria a expressão referente na língua coreana, sendo constituída pelas partículas “*wi*” que significa “conforto”, “*an*” que adjetiva algo enquanto “seguro” ou “pacífico” e “*bu*” que equivale a “noiva” ou “esposa” (WARD; LAY, 2019). Deste modo, o termo “*wianbu*” (ou “*ianfu*”) traz a ideia de uma figura feminina que assume o papel de esposa para confortar e trazer paz e segurança aos soldados do Império Japonês, supostamente “aumentando a sua moral” e garantindo que eles lutassem bravamente na guerra (SOH, 2000, p. 67).

Diversos autores reconhecem a necessidade de se estabelecer um distanciamento desse viés e, por isso, recomendam sempre utilizar essa expressão entre aspas – o que orientará a conduta aplicada ao longo de todo o texto. Além desses autores, alguns grupos e organizações não governamentais utilizam essa expressão em seu ativismo, a exemplo da *Comfort Women Justice Coalition* (SHIM, 2021).

Esse crime humanitário de exploração sexual aconteceu nos anos que precederam à Segunda Guerra Mundial e permaneceu praticamente esquecido ao longo da segunda metade do século XIX. O próprio contexto histórico do período posterior, marcado pela inserção da Ásia Oriental no contexto da Guerra Fria, com a eclosão da Guerra do Vietnã e da Guerra da Coreia, ajudou a abafar o caso (CHING, 2019). Somente nos anos 1990, com a instauração de

³ Cecil Rhodes esteve diretamente ligado à extração de diamantes e colonização britânica da antiga Colônia do Cabo, na atual África do Sul. Sua imagem está, portanto, diretamente ligada aos ideais do imperialismo britânico. Para mais informações, ver: NDLOVU-GATSHENI, 2016.

⁴ Por se tratar de um conhecido bandeirante, a figura de Borba Gato foi muito exaltada no passado. Contudo, a historiografia brasileira tem questionado o seu título de herói nacional devido ao papel ativo dos bandeirantes na perseguição e escravização de povos indígenas. Para mais informações, ver: COSTA; CAMPOS, 2019.

um governo democrático na Coreia do Sul, é que a história das “mulheres de conforto” veio à tona – encontrando respaldo nos sentimentos nacionalistas e anti-japoneses presentes em sua população.

Nesse contexto, o testemunho de Kim Hak-Sun em 1991 rompeu décadas de silêncio e deu início à luta por reparação dessas mulheres, que passou a ser liderada pelo Conselho Coreano de Mulheres Recrutadas para a Escravidão Militar, uma organização da sociedade civil sul-coreana. Como será visto adiante, o surgimento desse movimento leva à disputa com atores japoneses de viés ultranacionalista, a exemplo do Partido Liberal Democrata (PLD). Além disso, leva também a episódios marcantes como a emissão da Declaração Kōno, a proposta de indenizações a partir de doações da sociedade japonesa a um fundo monetário e a assinatura de um acordo bilateral em 2015 que deveria por um fim definitivo a essa questão.

Ademais, em 2011, a construção de um monumento comemorativo em Seul (oficialmente denominado “Estátua de Uma Garota pela Paz” e popularmente conhecido como “Monumento da Paz” ou “Estátua da Paz”) trouxe novos desdobramentos à questão das antigas “mulheres de conforto”. Como será visto a seguir, a ressimbolização de elementos das “Guerras de História” na forma de estátuas resulta em um embate que se busca compreender de forma mais profunda, destrinchando o atavismo histórico do passado colonial desses países.

Além disso, essa questão se insere no âmbito de uma disputa por imagem nacional. O presente estudo irá analisar, portanto, os agentes envolvidos diretamente na questão das “mulheres de conforto” a partir da década de 1990, com foco especial no período posterior a 2011, quando o Monumento da Paz foi construído em Seul. Desde então, a direita japonesa tem se mobilizado contra esse e demais monumentos construídos pelo mundo, transformando a Coreia do Sul e outros países, como os Estados Unidos e a Alemanha, em novos “campos de batalha” das “Guerras de História”, materializadas na forma de uma contenda por estátuas iguais a que se pode ver abaixo.

Figura 1 - Réplica da Estátua de Uma Garota pela Paz, em Berlim.



Fonte: Mateus Neves, 2022.

Para melhor compreender esse fenômeno, o presente trabalho consiste em uma pesquisa de metodologia aplicada, na qual conceitos do arcabouço teórico da Análise de Política Externa (APE) foram utilizados para ilustrar o estudo de caso e a abordagem estética foi aplicada ao objeto de estudo. Diante disso, surge a necessidade de se utilizar esses aparatos analíticos para explicitar o fenômeno analisado pela ótica das Relações Internacionais (RI). Assim, a pesquisa demonstra como o uso de artefatos visuais pode influenciar a política externa e o debate sobre o uso identitário de certos símbolos. O viés metodológico utilizado foi a revisão sistemática de literatura e análise documental, de modo a levar a análise de estudo de caso a uma posterior reflexão qualitativa com o intuito de perceber como esses elementos influenciam a política externa e visual dos seus países.

Com a pretensão de promover novas ideias e compreensões acerca desse fenômeno, a partir da aplicação prática desses conceitos teóricos, para assim definir melhor a transformação de um fenômeno da política externa em um fenômeno da política visual, o texto foi estruturado tal como será descrito a seguir. Primeiramente, foi realizada uma revisão de literatura para extrair o aporte conceitual da APE e também do debate teórico da virada estética. A partir disso, essas ideias foram sendo concatenadas à empiria do estudo de caso, o que foi possível a partir da identificação dos atores domésticos (definidos como grupos de

interesses) e elementos estéticos presentes nesse relato. Para ilustrar melhor o embate dessa disputa e o aporte teórico elencado, o estudo de caso é exposto com o auxílio de fontes documentais, jornais, notícias e literatura acadêmica produzida sobre o assunto.

O estudo de caso desse conflito por identidade nacional mostra como um movimento social pode ser ressimbolizado a partir de uma obra de arte e seus elementos estéticos, influenciando diretamente o caráter identitário de um país. Além disso, a escolha desse tema evidencia o recorte geográfico da análise, restrito inicialmente aos cenários da Coreia do Sul e Japão, com uma breve apresentação dos cenários da Alemanha e Estados Unidos como forma de ilustrar a globalização desse embate. Além disso, o recorte temporal imposto por este confronto pressupõe um breve resgate histórico do período colonial japonês (para que o sistema de escravidão sexual seja introduzido à audiência brasileira) apesar do foco maior residir na década de 1990 em diante.

A partir do uso do método de análise de estudo de caso, este trabalho pretende responder a certas questões para gerar uma compreensão mais rica sobre como certos atores e processos funcionam no interior do fenômeno analisado. Segundo Lamont (2015), o estudo de caso pode nos ajudar a gerar conhecimentos relevantes para além do caso estudado, uma vez que ele pode iluminar uma narrativa particular, que até então não era visível à ciência quantitativa. Como esse método tem como objetivo expandir nossa compreensão de um determinado assunto, o caso selecionado nos permite o seu alcance devido a sua proximidade com os fenômenos que se desejam compreender.

Diante disso, adveio a questão norteadora desta pesquisa: “Quais consequências a construção do Monumento da Paz e de suas réplicas trouxeram à disputa de interesses em torno da questão das ‘mulheres de conforto’?” Esta pergunta visa aprofundar a nossa compreensão sobre o movimento de reparação das antigas “mulheres de conforto” e sua relevância para as relações da Coreia do Sul com o Japão. Estudiosos e estudantes de RI têm-se voltado a este debate a fim de compreendê-lo sob diferentes óticas. Contudo, a pergunta de pesquisa levantada conduz este estudo a elucidar como a política visual tem impactado esse embate, que será ilustrado a partir das ações dos grupos de interesse envolvidos.

O presente estudo de caso, reporta-se a esse debate pela sua atualidade e por abranger diversos temas como a luta pelos direitos das mulheres e a luta contra o tráfico de pessoas, ainda que esses aspectos não sejam aprofundados. A partir disso, além de produzir conhecimento sobre este caso, busca-se fornecer algum conhecimento cumulativo sobre um universo mais amplo, já que essa contenda por narrativas históricas deriva de fenômenos maiores como o Decolonialismo. Isto posto, abre espaço para que uma série de elementos

possam ser discutidos, uma vez que houveram desdobramentos claros e sérios para as políticas externas desses países — tanto que o Japão e a Coreia do Sul se revezaram institucionalmente no ataque e defesa dessas imagens.

Por fim, a problemática aqui apresentada remonta a questões históricas comuns não só ao Japão e Coreia do Sul, mas aos demais países da Ásia Oriental. A China, por exemplo, se insere como coadjuvante dessa história, pois as questões históricas provenientes dos crimes perpetrados pelas Forças Armadas Imperiais do Japão levam a uma convergência entre as memórias nacionais da Coreia do Sul e China, que compartilham de uma “profunda hostilidade” ao Japão (WARD; LAY, 2019, p. 96). Além disso, o entrave político entre Coreia do Sul e Japão, influencia os rumos do cenário político regional e pode vir a comprometer os esforços de inserção econômica e militar dos Estados Unidos na região, o que é visto por essa potência ocidental como uma prioridade diante da ameaça do crescimento chinês (WARD; LAY, 2019).

Diante disso, a presente pesquisa tem o objetivo geral de analisar como a disputa de interesses políticos em torno da reparação das antigas “mulheres de conforto” se tornou um conflito político-visual a partir da construção do Monumento da Paz e suas réplicas. A hipótese que norteia a presente pesquisa é a de que o Monumento da Paz materializou um conflito por memória e imagem nacional entre a Coreia do Sul e o Japão, ao homenagear as “mulheres de conforto”. E que a construção de réplicas dessa obra pelo mundo “globalizou” essa questão e impactou diretamente as relações bilaterais entre esses países.

Nessa mesma linha, os objetivos específicos foram pautados da seguinte maneira: a) ilustrar a disputa política entre governos e grupos de interesse sul-coreanos e japoneses; b) compreender os símbolos e significados estéticos do monumento original em Seul e suas réplicas; e c) relatar os efeitos da construção de réplicas dessa estátua sobre a disputa entre esses países e seus grupos de interesse.

Para dar conta dessas e de outras tantas indagações, o texto foi estruturado em cinco partes. Na primeira delas, buscou-se situar o leitor com relação à temática, à questão orientadora da pesquisa e aos objetivos a serem alcançados. Na segunda, a orientação teórico-metodológica é contemplada, alinhando-se ao modelo de pesquisa de natureza qualitativa, em uma demonstração de como o objeto de estudo pode ser compreendido e investigado. Na terceira parte, o contexto das “mulheres de conforto” e posteriores eventos da relação bilateral entre a Coreia do Sul e o Japão nas décadas de 1990 e 2010 são aprofundados, sob a ótica da APE.

A quarta parte conta com seis seções e, ao longo delas, uma análise estética do primeiro monumento comemorativo das “mulheres de conforto” será apresentada, além de suas réplicas. Em seguida, a última seção é destinada a suprir a necessidade de se juntar as duas abordagens teóricas selecionadas para a análise do estudo de caso, de modo que se possa explicar como esta luta entre grupos de interesse se torna uma luta visual. Nas considerações finais, este debate é retomado, suscitando outras questões relacionadas ao objeto de estudo, como a sua relevância mundial enquanto um confronto em torno do respeito aos direitos das mulheres enquanto direitos humanos.

Convém, portanto, ressaltar que, apesar da importância de novos estudos em Relações Internacionais serem realizados com foco em regiões além do Ocidente, o presente trabalho permanece inserido no pensamento ocidental. Ainda que tenha sido feito um esforço para se extrair informações mais concretas sobre o assunto, a limitação imposta pelas línguas coreana e japonesa foi um fator impeditivo. Deste modo, o estudo de caso que será apresentado é composto pela análise de autores ocidentais e alguns autores sul-coreanos, que escreveram em línguas inglesa, alemã, espanhola e portuguesa sobre o assunto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo deste capítulo, pretendeu-se delinear a revisão de literatura necessária para o desenvolvimento da análise de estudo de caso proposto. Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura a respeito da subdisciplina de Análise de Política Externa, essencial para que, posteriormente, se enuncie quem são e como agem os principais agentes envolvidos na questão das “mulheres de conforto”. Portanto, neste capítulo foram delineados os principais elementos teóricos da Análise de Política Externa e grupos de interesse para depois apresentar os estudos da virada estética e virada visual das RI.

O embasamento teórico sobre as formas de mobilização dos grupos de interesses na política internacional é fundamental para que se aprofunde a análise da disputa por imagem e memória travada entre a Coreia do Sul e o Japão, que buscam estabelecer aquilo que julgam como a memória histórica “correta”. Dito isto, o contencioso em torno da memória das “mulheres de conforto” será apresentado como uma forma de ilustrar o modo pelo qual a política externa desses dois países acaba sendo influenciada pela ação desses grupos em prol de seus interesses de fixação de uma identidade nacional que não lhes seja deletéria.

Nesse contexto, a virada estética das Relações Internacionais é essencial diante da necessidade de se estabelecer uma análise do Monumento da Paz, seu simbolismo e sua influência na política da região. A partir de uma abordagem estética de seus elementos e, posteriormente, com base na aplicação dos conceitos levantados por estudos da política visual, a exemplo do poder dos ícones e a capacidade das obras visuais suscitarem emoções nas pessoas, será possível compreender como essa questão transcende a esfera da política externa para a da política visual global.

2.1 A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

Até meados do século passado, as teorias de RI eram muito dominadas por correntes normativas tradicionais. Dentre elas, a corrente realista era o principal expoente, e fornecia uma explicação do sistema internacional pela qual os Estados são enxergados como atores internacionais, cujas ações são determinadas por cálculos de maximização do seu poder e interesses. Essa abordagem, por sua vez, não era capaz de aprofundar uma investigação sobre a formação interna dos posicionamentos de política internacional e suas condicionantes,

devido à sua crença de que as decisões governamentais são tomadas em prol da sobrevivência do Estado. Diante disso, ganhou força a crítica de que “o realismo perde de vista os meandros da estrutura dessa entidade, o Estado, assim como as peculiaridades das tomadas de decisão da mesma” (FERREIRA, 2020, p. 16). É justamente esse processo de crítica ao realismo que levará ao surgimento de uma teoria comportamentalista e posteriormente, às primeiras proposições da Análise de Política Externa enquanto subdisciplina de RI (FERREIRA, 2020).

A corrente normativa realista e o conjunto de abordagens tradicionalistas prevaleceram até a década de 1950, quando teóricos das RI começaram a propor explicações mais empíricas e menos dedutivas do sistema internacional. Desde então, a “caixa-preta” do Estado-Nação foi sendo aberta e essa disciplina começou a observar como imposições estruturais e condicionalidades individuais podem influenciar ações estatais, ao contrário do que se pensava. A partir disso, se iniciou um debate entre os autores das correntes tradicionalistas com os novos expoentes da corrente comportamentalista (ou behaviorista) que trouxe um considerável desenvolvimento teórico às RI (FERREIRA, 2020).

A respeito desse debate, Celestino del Arenal (1999) explica que os estudiosos da vertente tradicionalista consideram que a mesma lhes permite esboçar proposições gerais sobre as relações internacionais e explicar, ou prever (ainda que de forma limitada), acontecimentos internacionais. Já os comportamentalistas têm para si que a conduta humana deve ser analisada de forma sistemática e que as generalizações devem ser formuladas somente a partir de evidências empíricas. Sendo assim, termos abstratos e impressões devem ser deixados de lado para que a política passe a ser definida com base em parâmetros observáveis de ação e conduta. Por fim, o autor coloca que “as abordagens tradicionais têm apenas uma utilidade limitada na identificação e análise de problemas importantes”, o que se deve à inadequação dos seus instrumentos de investigação e ao fato de não terem criado seus “problemas mais importantes” de modo a possibilitar “a sua investigação sistemática e científica” (ARENAL, 1999, p. 116).

A partir do debate apresentado acima, os estudos dos processos de tomadas de decisões ganharam força na disciplina de RI, deixando de lado a visão dos Estados enquanto blocos monolíticos de comportamentos predeterminados. Assim, a análise dos atores internacionais proposta pelas aspirações científicas comportamentalistas destacaram as condicionantes que influenciaram as decisões tomadas no interior de cada núcleo governamental. Em meio a esse processo, surge uma nova ferramenta analítica da política internacional: a Análise de Política Externa. Essa ferramenta tem o intuito de analisar as relações internacionais com foco no processo decisório existente no interior da estrutura

institucional dos Estados. Além disso, também se preocupa com os elementos condicionantes da atuação dos indivíduos diretamente envolvidos na formulação de políticas direcionadas ao âmbito internacional (FERREIRA, 2020).

A respeito do apresentado, Ariane Figueira (2011) estabeleceu que a APE seria uma subdisciplina da área de RI, com a finalidade de buscar entender o complexo processo que se dá anteriormente à tomada de decisões sobre matérias internacionais. Em meio a essa busca, alguns elementos são costumeiramente utilizados pelos teóricos da área. Dentre eles, figuram: atores, instituições, preferências, características das lideranças e regras decisórias.

Já Hudson e Day (2020) enxergam que ações individuais ou provenientes de grupos de decisores humanos são a base das relações internacionais, o que faz da APE uma teoria voltada aos agentes existentes no interior dos Estados. Nessa perspectiva, apenas os “seres humanos podem ser verdadeiros agentes” uma vez que os “Estados não são agentes” mas abstrações (HUDSON; DAY, 2020, p. 6). Para eles, a APE deve se voltar à explicação e compreensão das decisões tomadas por certos líderes e suas consequências sobre o Estado-Nação. Eles ressaltam que essas decisões podem levar a alguma ação, indecisão ou até mesmo a inação desses agentes e que usualmente essa área se volta à análise de decisões que influenciam entidades externas.

Esses estudiosos destacam ainda que a aplicação da APE em estudos da política internacional busca, na maioria das vezes, examinar um conjunto ou uma sequência de deliberações tomadas a respeito de uma situação particular ou ao longo do tempo. O foco da área está na investigação do processo de tomada de decisões e suas fases de reconhecimento, enquadramento, percepção, estabelecimento de objetivos e planos de contingência, avaliação de opções e implementação. Além disso, eles ressaltam o interesse maior que esta ferramenta analítica tem por decisões provenientes de decisores em cargos de autoridade (HUDSON; DAY, 2020).

Os autores ressaltam que, no âmbito da política externa, boa parte das resoluções tomadas podem ser imediatamente analisadas pelos estudiosos da área, exceto algumas decisões de governo secretas. Diante disso, o analista deve se debruçar sobre dados concretos que apontem para as deliberações que pretende analisar. Nas palavras dos autores, “isto significa que o analista está a trabalhar com dados históricos” provenientes de fontes públicas ou dados contemporâneos, a exemplo da utilização de “artefatos de decisões” que deixam pistas em jornais ou cronologias sobre determinados eventos da política internacional (HUDSON; DAY, 2020, p. 5).

À medida em que essa busca por uma compreensão mais completa e profunda das ações dos Estados foi se desenvolvendo, estudos pioneiros dessa subdisciplina foram lançados. De acordo com a proposição de Valerie Hudson e Benjamin Day (2020) três estudos são tidos como obras fundamentais da APE: “*Decision Making as an Approach to the Study of International Politics*” de Snyder, Bruck e Sapin, publicado em 1954; “*Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics*” lançado em 1956 por Harold e Margareth Sprout; e “*Pre-Theories and Theories of Foreign Policy*” de James Rosenau em 1966.

De acordo com esses autores, o primeiro deles deixou como legado à APE sua ênfase na tomada de decisões em detrimento dos resultados da política externa (HUDSON; DAY, 2020). Sobre o trabalho de Harold e Margareth Sprout, Ferreira (2020) aponta que ele demonstrou como uma análise do contexto psicossocial dos agentes políticos ou indivíduos e grupos envolvidos no processo decisório também é necessária. Esse elemento pode ajudar a explicar percepções errôneas que comprometem as decisões dos atores citados (SPROUT, 1956 apud FERREIRA, 2020). Além disso, ele defende que Rosenau estabeleceu os fundamentos dos estudos comparados de política externa e a premissa de que as variáveis domésticas não podem ser descoladas do ambiente internacional, pois os Estados atuam em um sistema interconectado (ROSENAU, 1966 apud FERREIRA, 2020).

Analisando em conjunto estes três estudos, Ferreira (2020) ressalta que eles destacaram a necessidade de compreensão das particularidades dos tomadores de decisão. O que pode ser feito através da investigação de variáveis como a pressão exercida por grupos de interesse domésticos, ideologias preponderantes ou certos aspectos culturais. Além da incorporação das mesmas em análises abrangentes para que se estabeleçam teorias médias e transnacionais com a capacidade de demonstrar como eventos da política doméstica afetam os comportamentos externos dos países.

O trabalho de Snyder, Bruck e Sapin (1954) influenciou posteriormente a análise das dinâmicas que envolvem a ação de certos grupos com poder de influência sobre a arena governamental. A partir disso, se originaram estudos voltados a analisar os desdobramentos das ações de grupos de interesse domésticos sobre a política externa dos países. Esses estudos têm levantado uma ampla discussão em torno do domínio que a sociedade exerce sobre um determinado Estado. Tudo isso se torna mais complexo, em se tratando de governos democráticos, nos quais uma quantidade maior de grupos como sindicatos, veículos de comunicação, opinião pública, acadêmicos e empresários pressionam o Estado (SNYDER; BRUCK; SAPIN, 1954).

Nesta pesquisa, o enfoque será dado na atuação de grupos domésticos compostos por membros de organizações da sociedade civil sul-coreana e ativistas ultranacionalistas ou membros de partidos conservadores japoneses. Esses grupos exercem pressões na arena política doméstica (e, posteriormente, internacional) e tem afetado diretamente decisões de política externa em torno da resolução do contencioso das “mulheres de conforto”.

2.1.1 A Influência dos Grupos de Interesse na Política Externa

Analisar a convergência entre interesses organizados e decisões de política externa consiste no ato de investigar como diferentes forças sociais com influência política ou econômica agem sobre a formulação da agenda de atuação internacional. Ao aplicar a APE sob essa vertente, é preciso considerar que os contextos de cada sociedade são diferentes, logo a organização de interesses em cada uma delas se dará de forma diferenciada. Deste modo, aplicar um *framework* unificado de análise que se aplique ao interesse organizado no interior de diferentes Estados seria bastante inadequado. Variáveis como regimes políticos ou o índice de liberdade da população, por exemplo, impactam diretamente a organização desses grupos civis e o grau de influência que eles poderão exercer sobre o poder político (FERREIRA, 2020).

No interior da burocracia política de cada Estado, interesses organizados são moldados a partir da aglutinação de ideologias e escolhas racionais em prol de se alcançarem resultados que atendam às necessidades de atores relevantes desta sociedade. A partir disso, é comum que determinados setores produtivos passem a organizar seus interesses, de modo a juntar forças e adquirir maior poder de barganha perante o Estado. No caso da sociedade civil, esses objetivos em comum levam a organização conjunta de ações em prol de uma agenda política, social ou cultural (FERREIRA, 2020).

A respeito desse debate, Jacobs e Page (2005) apontam que a teoria neoliberal de relações internacionais pode nos ajudar a compreender melhor a importância da sociedade organizada nas democracias. Os estudos de APE influenciados por esse arcabouço teórico tem se voltado a investigar a influência que estes atores exercem sobre a criação de subsídios governamentais, medidas de proteção comercial a setores econômicos e políticas de troca de favores entre esses setores. Na visão desses autores, os estudiosos que adotam essa abordagem neoliberal da política internacional enfatizam que a influência dos grupos de interesse sobre a política externa dos países é decisiva. Em suas palavras:

Nesta perspectiva, funcionários executivos e legislativos com autoridade sobre a política externa negociam com grupos domésticos que se utilizam dos votos de seus membros, contribuições de campanha, ameaça ou fuga de capitais, greves laborais e outros instrumentos para afetar os benefícios eleitorais e os custos da escolha de políticas alternativas por parte dos funcionários eleitos (JACOBS; PAGE, 2005, p. 107-108, tradução nossa)

Outro grande expoente dos estudos sobre grupos de interesse foi Risse-Kappen (1991), responsável por demarcar as estruturas políticas dos países que, segundo ele, se compõem pelas próprias instituições políticas, mas também por redes políticas e estruturas da sociedade. Essas redes políticas correspondem aos vínculos existentes entre o Estado e a sociedade enquanto essas estruturas da sociedade são conjuntos de organizações representativas que conduzem a opinião pública. Diante dessas três dimensões, a política externa dos países podem ser mais focadas nas instituições políticas ou na resposta às demandas dos atores sociais, que projetam seus interesses organizados (RISSE-KAPPEN, 1991).

Ademais, sua obra se voltou a analisar a influência da opinião pública sobre o debate de política externa. Segundo Kappen (1991) a opinião pública e os grupos de interesse têm a capacidade de influenciar o processo de elaboração de políticas e afetar decisões dos líderes políticos, além dos seus objetivos ou a forma como estes serão priorizados. O próprio público também pode afetar indiretamente as decisões políticas a partir da sua influência sobre os processos de construção de coligações entre as elites do país. Além disso, é o próprio público que reforça ou enfraquece as posições de atores individuais no seio do governo. A opinião pública, portanto, pode levar a mudanças ou realinhamentos dentro ou entre as organizações políticas.

Já os estudos de Robert Putnam (1988) também devem ser citados, devido à sua contribuição para a área. Ele estabeleceu um método analítico baseado na "lógica de jogos de dois níveis" pela qual um chefe de governo deve sempre considerar os elementos políticos presentes nos âmbitos interno e externo de seu governo. Ele descreve a luta política de negociações internacionais como um jogo de dois níveis ambientado nessas duas arenas.

No que diz respeito aos dois níveis deste jogo, esse autor estabelece o primeiro deles como “a barganha entre os negociadores que leva a um acordo provisório” e o segundo como “as discussões em separado entre os grupos domésticos de apoio sobre ratificar ou não o acordo” (PUTNAM, 1988, p. 153, tradução nossa). Em suas palavras, ele assinala que “nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países

permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos” (PUTNAM, 1988, p. 434). Trazendo essa explicação para as duas arenas do “jogo de dois níveis” tem-se que os países são, portanto, soberanos na arena doméstica e interdependentes na arena internacional.

A arena doméstica é onde os grupos perseguem seus interesses e pressionam o governo a adotar políticas que lhes favoreçam. Em contrapartida, também é o cenário no qual os políticos buscam garantir a manutenção do seu poder ao estabelecer coalizões com esses mesmos grupos. Por sua vez, a arena internacional é aquela na qual os governos nacionais buscam maximizar suas capacidades tanto de satisfação dos interesses das pressões domésticas como de minimização de consequências adversas do sistema internacional (PUTNAM, 1988).

O modelo teórico de Putnam (1988) destacou elementos significativos das ligações entre as arenas doméstica e externa. Ele conseguiu distinguir entre a renúncia voluntária e involuntária dos governos a acordos internacionais. Além disso, ele ressaltou a possibilidade de existirem divergências entre os interesses do líder nacional e os interesses daqueles que ele representa na arena internacional e também a possibilidade de se realizarem acordos institucionais que fortalecem seus decisores na arena doméstica mas os enfraquece na negociação internacional, ou vice-versa. Esse modelo explica um fenômeno que será tratado no próximo capítulo, a renúncia involuntária do presidente sul-coreano Moon Jae-in ao acordo bilateral firmado com o Japão em 2015, que supostamente poria um fim definitivo ao impasse das “mulheres de conforto”. O que se observa é que, apesar de ter aumentado seu apoio entre os sul-coreanos, essa decisão do presidente diminuiu as chances do seu país realizar uma nova negociação com o Japão a respeito desse assunto.

Para Ariane Figueira (2011), ainda que não possuam a capacidade regulamentada de decidir qual será o posicionamento adotado pelo país, os grupos organizados da sociedade civil possuem uma capacidade de influenciá-lo. Esses grupos buscam acesso à burocracia administrativa do Estado para representar e defender seus interesses econômicos, sociais ou culturais, canalizando suas demandas aos representantes políticos com o intuito de influenciar o rumo de suas decisões. Muitas vezes, o resultado dessa dinâmica pode ser visualizado na prioridade que determinadas pautas adquirem no interior dos Estados. Neste sentido, a autora cita o trabalho de Rafael Villa (1999) que atestou que as ONGs exercem sua influência nos tomadores de decisões e conquistam a capacidade de induzir esses agentes a assumirem posicionamentos que de modo contrário não assumiriam. Esse papel tem se tornado cada vez mais frequente nas ONGs que atuam ressaltando problemas específicos do território nacional,

a exemplo daquelas que atuam em âmbito global e muitas vezes conseguem levar suas pautas para além das fronteiras nacionais.

A atuação da sociedade civil sul-coreana na luta por reparação das antigas “mulheres de conforto” vem sendo encabeçada pelo Conselho Coreano de Mulheres Recrutadas para a Escravidão Militar, uma ONG que tem influenciado as duas arenas políticas sul-coreanas. A ação do Conselho Coreano no interior da Coreia do Sul será detalhada mais à frente, no próximo capítulo. Além disso, suas ações internacionais serão aprofundadas no capítulo 4, que explicará como essa e outras ONGs têm desenvolvido uma ação internacional conjunta de pressão política ao Japão pela construção de monumentos comemorativos.

2.2 A VIRADA ESTÉTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Enquanto movimento acadêmico, a Virada Estética se inicia sob a influência das perspectivas teóricas provenientes dos movimentos pós-modernista e pós-estruturalista. Desde então, tem-se observado uma busca crescente por novas abordagens da política mundial e relações internacionais. Essa busca tem sido marcada, dentre outras coisas, pela incorporação de *insights* provenientes de novas fontes acadêmicas, dentre as quais figuram a literatura, o cinema e outros meios de expressão artística.

Por sua vez, esse processo tem levado diferentes estudiosos a incorporarem análises a respeito da importância das manifestações artísticas no processo de criação e difusão de diferentes modos de representação da política mundial, que refletem tanto a legitimação como a deslegitimação de determinadas práticas, valores, hábitos e fenômenos políticos – além de trazerem em si a capacidade de destacar ou silenciar vozes. Diante desse processo, a Virada Estética, os “estudos culturais” e visuais, além das novas abordagens provenientes, seguem enriquecendo a disciplina de RI e proporcionando uma compreensão mais abrangente dos fenômenos políticos internacionais (DE JESUS; TÉLLEZ, 2014, p. 58).

Em sua exposição do debate a respeito da Virada Estética, Gerard Holden (2006) afirma que ele adquiriu força no ano de 2001, após o lançamento de uma edição especial do periódico britânico *Millennium* sobre imagens e narrativas na política mundial. É importante ressaltar que, nesta edição, foi publicado o artigo que será mencionado mais à frente, “*The Aesthetic Turn in International Political Theory*” de Roland Bleiker, responsável por denominar esse movimento de “Virada Estética”.

Holden (2006) afirma que os maiores expoentes desse debate defenderam que as abordagens estéticas das relações internacionais deveriam se voltar para temas considerados, de forma tradicional, “fora” do escopo desta disciplina. Segundo ele, os teóricos do movimento “argumentaram que a RI estética envolvia a escrita sobre temas comumente tratados como 'não-acadêmicos'". Quanto a isso, Holden lhes dá razão, tendo em vista que “a distinção entre o acadêmico e o não-acadêmico nem sempre pode ser mantida rigorosamente nos trabalhos sobre artes.” (HOLDEN, 2006, p. 817, tradução nossa).

Para além da disciplina de RI, Claes Belfrage e Earl Gammon (2017) foram capazes de inserir a Virada Estética na Economia Política Internacional ao considerarem que a estética lança uma visão nova sobre a intrincada interação da riqueza com o poder no mundo. Segundo esses autores, o uso de uma abordagem estética torna as representações clássicas dos Estados e mercados menos concretas. Para eles, uma abordagem estética é importante por ter a capacidade de refletir a respeito da reificação de certas instituições e normas comportamentais e ainda ser consciente da possibilidade de mudança dos regimes estéticos predominantes.

Diante disso, a visão deles trouxe consigo a citada possibilidade de alteração do regime estético predominante, o que pode levar a uma posterior mudança na própria produção de conhecimento dentro da área de Economia Política Internacional. Esse mesmo processo pode ser inserido dentro das RI, onde o questionamento da estética presente nas teorias clássicas tem feito surgir estudos críticos a seu respeito, provenientes de um novo arcabouço teórico, e dotados de um novo padrão estético de explicação da política mundial.

Dando continuidade ao referencial teórico aqui proposto, no artigo publicado em 2001 na edição especial da *Millennium*, Bleiker (2001) considera que a Virada Estética se iniciou na década de 1980, a partir do momento em que os pós-modernistas começaram a questionar as certezas epistemológicas e ontológicas do pensamento ortodoxo das RI. Desde então, esse movimento fez surgir análises estéticas que ofereceram à academia a possibilidade de repensar e rever o mundo político no qual ela está inserida. Essas análises são importantes por fornecerem *insights* únicos, mas, apesar disso, as abordagens estéticas ainda não alcançaram uma posição central na disciplina de RI.

Bleiker (2001) denuncia o quão habituada a academia se tornou às representações provenientes das teorias *mainstream* de RI, de modo a ter sua compreensão da comunidade internacional e dos conflitos internacionais completamente moldada por elas. O autor se preocupa com o esquecimento gradual de que as teorias das RI (em especial as teorias tradicionalistas) são "metáforas politicamente carregadas e distorcidas", tomadas como

verdades absolutas pelos acadêmicos, o que resulta em um estilo teórico predominante que é repassado quase que de maneira obrigatória ao demais estudiosos da área (BLEIKER, 2001, p. 509, tradução nossa).

Diante do exposto, a Virada Estética buscou trazer novas abordagens para a disciplina de RI, expandindo não somente o seu arcabouço teórico, mas as suas fontes de inspiração e objetos de estudo. Ao longo desta seção, os principais conceitos e autores desse fenômeno foram introduzidos para que em seguida sejam apresentadas a abordagem estética, e sua relevância enquanto *framework* de análise das relações internacionais e os principais conceitos utilizados nos estudos em Política Visual Global, uma subárea proveniente da virada estética cujo desenvolvimento é recente.

2.2.1 A Abordagem Estética das Artes nas RI

Uma boa definição dos elementos que constituem uma abordagem estética da política internacional não poderia ser feita sem recorrer novamente a Roland Bleiker, atualmente o maior representante dessa vertente teórica. Diante disso, abordagens estéticas são de grande relevância para a pesquisa em RI pois elas partem da necessidade de se buscar novas perspectivas sobre a realidade em que vivemos, a partir de uma concepção interdisciplinar, que leva em consideração diferentes elementos da experiência política humana. Esses elementos podem ser encontrados nas artes que produzimos ou até mesmo a partir de uma minuciosa análise estética das teorias que criamos para explicar a política global.

Para Bleiker (2001), a Virada Estética trouxe consigo uma mudança significativa no modelo de pensamento vigente, capaz de reorientar a nossa compreensão da política, a partir da interação entre as faculdades humanas de sensibilidade, imaginação e razão. Sendo assim, ele propõe que a abordagem estética tem um potencial bastante produtivo a partir do uso de diferentes faculdades em análises políticas. Em suas próprias palavras, é preciso “empregar o registro completo da percepção e inteligência humana para compreender os fenômenos da política mundial e enfrentar os dilemas que emanam deles” (BLEIKER, 2001, p. 519, tradução nossa).

O autor buscou definir o que seriam abordagens políticas estéticas ao estabelecer uma diferenciação entre a abordagem estética e as demais abordagens miméticas que dominam a academia e procuram representar a política internacional da forma mais realista possível – supostamente captando a realidade tal qual ela é. Sua crítica da mimese se embasa

principalmente no argumento de que estas abordagens não prestam a devida atenção à relação entre a representação e o objeto representado. Segundo ele, estas seriam na verdade teorias “contra a representação”, pois mesmo que uma perfeita semelhança entre significante e significado seja alcançada, essa análise teria pouco discernimento político a nos oferecer. Segundo ele, “apenas replicaria o que é, e assim seria tão inútil como um *fac-simile* de um texto que nos é entregue em resposta à nossa pergunta de como interpretar esse texto” (BLEIKER, 2001, p. 511, tradução nossa).

De Jesus e Téllez (2014) analisam a crítica de Bleiker as teorias miméticas de representação do sistema político internacional, que o representam através de uma replicação da realidade que apaga traços de interferência humana, almejando a perfeita semelhança entre o significante e o significado. O realismo e o liberalismo são exemplos de teorias miméticas que têm a realidade como um objeto de desejo e de estudo – assumindo que a realidade mantém-se inalterada independentemente da forma como ela é percebida, seja por formas racionais ou por formas sensíveis. Deste modo, essas teorias constroem um “senso comum”, que dá aos *insights* provenientes da razão, a capacidade de dominar as demais formas de conhecimento, limitando a nossa própria capacidade de localizar e explorar outros *insights* sobre fenômenos políticos. Diante disso, desenvolveu-se o atual contexto no qual a razão instrumental ocupa um status superior ao das demais faculdades humanas, com o poder de ordenar as demais – resultando em uma redução da nossa capacidade de localizar e explorar outros *insights* dos fenômenos políticos, “silenciando ou mesmo apagando o local da luta política” (DE JESUS; TELLEZ, 2014, p. 67).

A defesa da abordagem estética de Bleiker (2001) parte do pressuposto de que a realidade política não existe *a priori*, mas sim a partir do processo de sua representação, logo, acontecimentos políticos não determinam através de qual perspectiva ou contexto eles serão vistos ou analisados. Nosso próprio esforço para significar este evento não deve ser reduzido ao evento em si. Diante disso, surge a necessidade de se estabelecer uma abordagem estética capaz de assumir que sempre existe um hiato entre a representação e o que é representado por ela. Portanto, ao invés de ignorar ou buscar reduzir essa lacuna, uma análise estética vai reconhecer que a diferença entre o representado e a sua representação é inevitável e constitui-se enquanto a própria localização da política (BLEIKER, 2001).

Lima, Kuhlmann e Silva (2021) defendem a importância de utilizar uma abordagem estética em estudos da disciplina de RI. Para eles, é preciso debruçar-se sobre a forma como as representações afetam nossas percepções, interpretações e até mesmo a nossa própria compreensão de diferentes fenômenos políticos. Ainda sobre a natureza dos estudos de

estética nas RI, eles ressaltam a capacidade que essa abordagem tem de salientar o “poder sensível” exercido por indivíduos e comunidades locais durante o processo de produção de conhecimentos e caracterização tanto de fenômenos políticos como de fenômenos sociais (p. 365).

Por sua vez, Laura Shepherd (2017) aponta que o uso dessa abordagem nos permite analisar a convergência entre a *estética* e o mundo social. Inspirada pelos trabalhos de Bleiker, ela se utilizou da abordagem estética em uma pesquisa visual sobre a convergência entre estética e ética na era digital. Ela chegou à conclusão de que os estudos das relações internacionais que contam com uma sensibilidade estética nos encorajam a prestar atenção e analisar a política mundial com base nas "emoções ao invés da razão, no julgamento ao invés do fato, na sensação ao invés do intelectualismo" sem se preocupar em produzir teorias ou representações que venham a ser consideradas realistas (SHEPHERD, 2017, p. 215, tradução nossa).

A análise de Shepherd (2017) parte de um pressuposto bastante comum aos autores da Virada: o de que qualquer forma de representação é decorrente de um processo de interpretação e abstração – sendo, portanto, desnecessário empreender qualquer esforço para captar o mundo tal como ele é. A autora alega que nossas representações do mundo são políticas. Para ela, o elemento político se insere justamente no processo de interpretação e abstração da realidade que nos cerca. Diante disso, ela aponta para a necessidade de nos atentarmos aos privilégios que determinados elementos do discurso clássico de RI têm em detrimento de outros, considerando as teorias como formas de representar a política internacional (SHEPHERD, 2017).

Além dos elementos citados anteriormente, a abordagem estética traz consigo uma “abertura do pensamento”. A respeito desse processo, Bleiker (2009) é um dos primeiros autores a defender o uso de obras de arte como objetos de análise das ciências sociais. Por serem criadas através de escolhas subjetivas dos artistas, tais obras configuram o seu próprio processo criativo também como um exercício político. Para ele, obras de arte têm a capacidade de contar uma história através de uma perspectiva particular. Além disso, as diferentes formas possíveis de se interpretar uma obra de arte podem nos levar a compreender a relação bastante complexa que existe entre ela e o observador, cuja interpretação será constituída a partir de suas experiências anteriores, seus valores e tradições.

Segundo a sua linha de pensamento, a arte no contexto da Virada Estética tem o potencial de criar alertas mentais e emocionais, encorajar a reflexão sobre elementos e fenômenos antes concebidos como dados, promover o debate sobre questões antes silenciadas

ou negligenciadas, desestabilizar o que se estabelece como senso comum e desafiar a tendência moderna de reduzir o “político” ao que é “racional”. Sendo assim, uma abordagem estética das artes nas RI pode ir além do conhecimento obtido a partir da razão instrumental (BLEIKER, 2009).

Em geral, obras de arte são capazes de definir a maneira pela qual eventos passados serão entendidos e problemas futuros serão enfrentados (BLEIKER, 2009). A respeito desse assunto, Callahan (2015) aponta que Bleiker sugeriu que as RI deveriam se voltar de forma mais veemente aos aspectos interpretativos da política, direcionando os olhares da academia para fontes alternativas de conhecimento (como a poesia, artes visuais e cinema) para ampliar nossa compreensão das relações internacionais. Para ele, esse tipo de atitude crítica consegue ser estética ao ir além dos objetos comuns de análise das RI (como documentos oficiais), rumo a expressões artísticas presentes em romances, filmes etc. Para ele, os gêneros artísticos nos fornecem uma montagem heterogênea capaz de interferir nos sentidos.

Ademais, Mirzoeff (1999) também se insere nesse movimento de incluir análises sobre as interações entre o espectador e uma imagem nos estudos da política internacional. Os adeptos dessa corrente se preocupam, segundo ele, com o impacto dessas interações no cotidiano da sociedade e se atentam aos novos significados criados a partir do contato com as imagens (ou obras) enquanto veículos de disseminação de informações a partir de elementos visuais.

Diante do que foi apresentado na seção, se pretende analisar o Monumento da Paz pela abordagem estética já que esta obra tem funcionado como um elemento central dos discursos e imagens veiculadas pelas mídias que formam a opinião pública em torno do caso. A partir disso, os grupos de interesse que estão por trás da sua construção acabaram levando uma disputa de política externa para o âmbito político visual, transformando-a também num conflito de imagens, o que diz respeito aos conceitos teóricos da próxima seção.

2.2.2 A Política Visual Global

Bleiker (2018) aponta que o fenômeno do crescimento de estudos da Política Visual Global foi denominado de “virada visual” por W. J. T. Mitchell (primeiro autor a discorrer sobre o assunto). Segundo ele, Mitchell se atentou ao fato de que as pessoas tendem a perceber e lembrar grandes eventos da política mundial a partir das imagens, e não por relatos

verbais (orais ou escritos) do acontecido. Portanto, as imagens e o aspecto visual fazem parte da vida humana e não podem ser substituídas pela fala ou escrita.

Para Bleiker (2018), a virada visual aponta para uma grande mudança que está ocorrendo no mundo, pois as mídias têm adquirido uma rápida velocidade de propagação, o que tem levado as imagens a serem compartilhadas logo após serem criadas. Essa mudança tem levado a democratização dessas imagens, cada vez mais acessíveis a uma audiência global. Segundo o autor, este processo está sendo uma revolução das comunicações que têm abalado a dominância exercida por textos e falas enquanto principais veículos das informações.

Sob essas perspectiva, imagens são criadas não somente como formas de representar eventos, mas também como formas de moldar a visão do público a respeito de um assunto. Em suas palavras, “uma obra de arte pode nos levar a ver o mundo sob uma nova luz” e ainda tem a capacidade de “nos ajudar a repensar suposições que tínhamos como certas, incluindo aquelas sobre política” (BLEIKER, 2018, p. 3, tradução nossa). Por sua vez, essas mesmas imagens são capazes de causar no público impressões e despertar emoções ao abordarem ou testemunharem eventos contemporâneos ou do passado. Elas ajudam até mesmo a refletir sobre as consequências de acontecimentos históricos no momento presente (BLEIKER, 2018).

Quanto a essa capacidade de gerar emoções, Bleiker (2018) coloca que ver e ler imagens causa uma interpretação em cada pessoa a partir dos sentimentos provocados nela. Disso provém o potencial dessas obras visuais suscitarem compreensão, empatia e identificação no público. A partir daí, elas adquirem um poder político maior que o das palavras. Por serem obras visuais, elas não podem ser explicadas em sua completude de forma verbal, pois essas emoções muitas vezes não são fáceis de se descrever.

Diante desses efeitos, imagens se constituem enquanto elementos capazes de influenciar a opinião pública (tal qual os grupos de interesse) e vem sendo usadas por diversos atores com o intuito de cooptar, amedrontar ou influenciar a visão do público a respeito de um evento. O que se tem observado na política mundial é que os atores políticos têm buscado interferir na disseminação de certas imagens ou fortalecer quais imagens serão propagadas pelos veículos de imprensa – estabelecendo assim qual narrativa será contada.

Isso aponta para uma discussão de “governança cultural” através das imagens, fenômeno analisado por Shapiro (2004), que o definiu como sendo a prática de legitimação da soberania de um Estado (ou agente político) pela restrição de representações visuais que desafiem a sua própria soberania. Ao longo do tempo, isso leva à criação de uma identidade

única do Estado-Nação e sua cultura homogênea. Diante disso, no cenário atual globalizado, diversos agentes sociais têm buscado usar artefatos visuais ou coberturas midiáticas para propagar narrativas que lhes favoreçam. A respeito disso, Bleiker (2018) coloca que atualmente as imagens “moldam os eventos internacionais e nossa compreensão deles”. Além disso, elas influenciam “a forma como vemos e abordamos fenômenos tão diversos como guerras, desastres humanitários, movimentos de protesto, crises financeiras e campanhas eleitorais” (p. 119, tradução nossa).

Na visão de Grego (2022) é preciso ter em mente que as imagens têm sido utilizadas para fins políticos pois elas em essência já fazem política a partir do momento em que contêm a lacuna representativa apresentada por Bleiker e citada a seguir:

É primordial, sim, entender como elas são usadas e por quem, mas primeiramente entendendo sua capacidade enquanto uma unidade independente. As emoções geradas por ela podem levantar repercussões que mobilizam posicionamentos e ações de pessoas, grupos, instituições e até governos ao seu respeito, mesmo que de forma difusa. As emoções geradas podem criar um senso de identidade e comunidade, ao mesmo tempo que também podem acabar gerando sentimentos de aversão e desprezo, a depender do conteúdo representado e do público espectador. As imagens podem ser usadas para o bem e para o mal, mas o seu poder político independe de qualquer uso que seja feito (GREGO, 2022, p. 22).

A respeito disso, Bleiker (2018) ressalta a importância de se analisar o aspecto visual da arte, presente na disseminação de obras plásticas, fotografias e imagens de modo geral. Ele defende que os autores da Virada Estética devem dar maior atenção às imagens visuais, uma vez que isto seria importante para que novas formas de resistir aos métodos racionais das teorias clássicas de RI venham a surgir.

Por fim, Bleiker (2018) apresenta o poder que as imagens têm de gerar forte identificação e resposta emocional no público. Estas imagens se tornam amplamente conhecidas e distribuídas, pois viram “ícones” ou “fotografias icônicas” que representam eventos significativos (BLEIKER, 2018, p. 8). Enquanto ícones, essas imagens têm a capacidade de cativar e influenciar as pessoas e consequentemente a opinião pública principalmente nos casos em que tratam de questões relevantes da política internacional.

Como será apresentado mais à frente no quarto capítulo, a propagação de imagens dos eventos ocorridos ao redor do Monumento da Paz em Seul pela internet e a construção de réplicas da estátua pelo mundo são exemplos da influência da política visual nas relações internacionais. Posteriormente, se verá como o compartilhamento de fotografias do memorial

comemorativo têm funcionado como ícones, influentes na política visual global, e reforçado o simbolismo da obra original.

3. A QUESTÃO DAS “MULHERES DE CONFORTO”: UMA DISPUTA DE INTERESSES E NARRATIVAS

O presente capítulo se propõe a analisar a formação do sistema de escravidão sexual imposto pelo Japão às mulheres de suas colônias na primeira metade do século XX e suas consequências para o cenário político do Nordeste asiático no final desse século. Como será debatido a seguir, as vítimas desse sistema permaneceram em silêncio por décadas e somente nos anos 90 deram início à luta por reparação histórica. Desde então, a causa das “mulheres de conforto” tem recebido atenção mundial, abalando as relações bilaterais entre a Coreia do Sul e o Japão, principalmente devido à atuação de grupos de interesse que exercem fortes pressões sobre os governos desses países, dificultando a resolução definitiva do assunto.

Deste modo, a primeira seção do capítulo terá um caráter histórico e será voltada à contextualização do assunto, ainda pouco conhecido na sociedade brasileira. A segunda seção apresentará os desdobramentos dessa questão nas relações bilaterais dos dois países, a partir

do surgimento do movimento por reparação. Sequencialmente, os agentes e os interesses organizados que atuam por trás desses Estados serão analisados para que a questão seja melhor compreendida. A partir desta seção, se busca apresentar a contenda em torno da memória das “mulheres de conforto” como um conflito de crenças políticas, em detrimento da visão generalizante deste fenômeno como uma disputa entre Estados únicos e indivisíveis.

Por sua vez, esse conflito pela memória tem levado ao embate político entre o movimento social sul-coreano de apoio as vítimas da escravidão sexual e sua reivindicação por reparação e o setor nacionalista da sociedade japonesa, que defende a imagem pacífica do seu país. Casos parecidos de confrontos por imagens e narrativas provenientes de questões do passado colonial existem pelo mundo, mas um aspecto relevante deste caso é o seu recente extrapolamento para o âmbito da política visual, que será abordado no próximo capítulo. Portanto, a análise de grupos de interesses e do cenário de crise entre as políticas externas desses dois países antecede a guerra de imagens que será apresentada adiante.

3.1. O SISTEMA MILITAR DE ESCRAVIDÃO SEXUAL

No século XIX, o Japão estava sob o comando do Império Meiji que empreendeu grandes esforços para transformar sua nação feudal em uma potência mundial. Após minuciosa observação do Ocidente e seus modelos de desenvolvimento, o império concluiu que para alcançar o mesmo sucesso obtido pelas potências ocidentais, seria necessário um vasto domínio ultramarino. Diante disso, um grande império colonial nos moldes europeus começou a ser construído pelo Japão de modo que, em meio ao processo de industrialização e crescimento econômico do país, uma grande zona de influência japonesa foi se estabelecendo na Ásia⁵. Na virada para o século XX, essa ascensão regional ganhou força com as vitórias nas guerras Sino-Japonesa, que levou a assinatura do Tratado de *Shimonoseki* e anexação da ilha de Taiwan em 1895, e Russo-Japonesa, que estabeleceu seu domínio sobre a península coreana em 1905. No período seguinte, o império japonês se expandiu pelo interior da China a partir da anexação da Manchúria. (WARD; LAY, 2019)

No início da expansão, o envio de mulheres japonesas prostituídas para os territórios conquistados era uma prática comum, pois o Império acreditava que seus soldados precisavam da companhia de prostitutas, o que levou à mobilização de esforços para que suas colônias

⁵ A Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental foi o termo criado pelo Japão para designar o bloco de nações asiáticas sob o seu domínio. Teoricamente esses territórios compartilhavam entre si a paz e prosperidade adquiridas pela libertação do colonialismo ocidental. Para mais informações, ver: CHEN, 1987.

contassem com a presença das *karayuki-san* (“mulheres enviadas à China”, em japonês) (WARD, LAY, 2019). Essas japonesas se diferenciavam das “mulheres de conforto” por terem liberdade, não estando fixadas a “estações de conforto” e, portanto, submetidas a situações igualmente degradantes.

Segundo relatos da época, as *karayuki-san* eram consideradas súditas do imperador japonês cumprindo o “dever patriótico” de apoiar os esforços de guerra ao fornecerem “serviços sexuais”, de modo a elevar a moral dos soldados (SOH, 2008, p. 71). Contudo, relatos indicam que, apesar de muitas mulheres de origem japonesa terem permanecido em condições de prostituição durante todo o período colonial, estas foram preteridas diante das “mulheres de conforto” coreanas, que foram fetichizadas por serem consideradas mais jovens e menos experientes (YOSHIKI, 2002).

A partir do momento em que as batalhas contra o Império Chinês se intensificaram, o número de forças militares instaladas nas colônias aumentou ostensivamente, levando o Estado Japonês à decisão legal de impedir um possível envio em massa de mulheres japonesas para os bordéis das colônias (SOH, 2008). Essa decisão foi tomada com o intuito de evitar que os soldados japoneses viessem a passar pelo constrangimento de verem mulheres de suas próprias famílias nessa posição. Doravante, o império japonês se voltou para as mulheres das áreas dominadas, dando início à instauração do sistema de escravidão sexual das “mulheres de conforto”.

À medida em que os japoneses foram conquistando novos territórios na década de 1930, as “estações de conforto” foram sendo estabelecidas enquanto locais que deveriam proporcionar sexo para “confortar” as tropas do exército japonês (YOSHIKI, 2002). Com a deflagração e intensificação da Segunda Guerra Mundial, a mobilização dos habitantes da Esfera de Coprosperidade em diversos esforços de guerra japoneses tornou-se essencial à manutenção do império. Com isso, a mobilização de homens coreanos no trabalho operário compulsório e mulheres coreanas nas “estações de conforto” tornou-se comum (CHEN, 1984; WARD, LAY, 2019; SOH, 2000).

Soh (2000) explica a instauração do sistema que explorou as “mulheres de conforto” a partir de três fases. Inicialmente foram instalados pelos centros urbanos chineses conquistados os *ianjo* (termo japonês que significa “lugares de conforto”). Nessa fase, os *ianjo* funcionavam como clubes geridos por civis japoneses, frequentados por militares à procura dos serviços sexuais oferecidos, até então, predominantemente pelas *karayuki-san*.

A segunda fase, iniciada no final da década de 1930 após o episódio do Massacre de Nanking, foi marcada pela construção das “estações de conforto” junto às bases militares e

início do recrutamento forçado de mulheres da península coreana. Já a terceira fase corresponde aos últimos anos do conflito mundial (1942-1945). Ela começou logo após o ataque a *Pearl Harbor* e foi marcada pelo recrutamento de uma grande quantidade de mulheres da Coreia e demais domínios e envio destas vítimas para localidades distantes no Oceano Pacífico ou Sudeste Asiático.

Diversas fontes históricas revelam que ao serem cooptadas pelo sistema, essas mulheres tinham dois destinos: a ida forçada para "estações de conforto" em campos de batalha remotos; ou a fixação forçada em unidades militares de grandes centros urbanos, como Xangai. Saito (2015) estima que em 1942, esse sistema de escravidão sexual já contava com cerca de 400 "estações" espalhadas por todo o império japonês. Segundo ele, historiadores estimam que o total de vítimas deve estar entre 20.000 e 200.000 mulheres. Segundo dados da Anistia Internacional (2005) as vítimas eram em sua grande maioria jovens com menos de 20 anos de idade, incluindo crianças de apenas 12 anos.

Por sua vez, Ching (2019) estima que entre 80% e 90% das "mulheres de conforto" eram de origem coreana. Contudo, é importante ressaltar que mulheres de outros territórios conquistados ou *fronts* de batalha foram recrutadas pelos japoneses. Diante disso, o sistema de escravidão sexual atingiu a população feminina dos atuais territórios da China, Taiwan, Filipinas, Malásia, Indonésia, Timor-Leste, Singapura, Myanmar e Países Baixos⁶ (LEE, 2018). No que diz respeito às mulheres de origem coreana, boa parte delas foram seduzidas por falsas promessas de empregos em lugares distantes ou, segundo relatos, muitas vinham de famílias pobres e foram vendidas ou levadas de suas aldeias durante pilhagens (TANAKA, 2002).

Fontes históricas já comprovaram que, de fato, as forças armadas do Estado Imperial Japonês foram responsáveis pela criação desse sistema de exploração sexual, contudo, alguns indivíduos da própria população coreana também tiveram um papel ativo no recrutamento de vítimas, visando o lucro proveniente da venda dessas mulheres (TANAKA, 2001). Quanto a isso, deve se estabelecer a ressalva de que, naquela época, um quadro generalizado de pobreza imperava por toda a Coreia, sendo este cenário desumano um elemento agravante dos riscos eminentes às mulheres da região. Segundo um relatório da Anistia Internacional (2005), até hoje a população feminina pobre e proveniente de zonas rurais se encontra mais suscetível ao tráfico humano ou ao sequestro por militares.

⁶ As antigas "mulheres de conforto" de cidadania holandesa são provenientes da população dos Países Baixos que residia na colônia das "Índias Orientais Holandesas", atual Indonésia. Para mais informações, ver: VICKERS (2005).

Quanto às condições impostas a essas mulheres, o próprio testemunho das vítimas evidencia as torturas e abusos diariamente infligidos a elas, que eram obrigadas a “servir” de 10 a 20 homens por dia, sem qualquer tipo de compensação por isso ou cuidado médico adequado (CHING, 2019). Ainda que estivessem grávidas ou menstruadas, elas não eram liberadas de seus “postos de trabalho” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005) e além disso, aquelas que resistissem aos comandos dos militares ou os deixassem insatisfeitos podiam ser punidas ou torturadas de várias formas (HICKS, 1995).

Segundo Ching (2019) cerca de 70% dessas mulheres morreram durante a guerra. Já Hicks (1997) aponta que principalmente aquelas que foram levadas para as linhas de frente foram morrendo à medida que as Forças Aliadas atacavam e enfraqueciam o Japão. Dentre as sobreviventes, ele aponta que boa parte delas jamais retornou aos seus lugares de origem e as poucas que o fizeram, não tiveram a chance de levar uma vida comum e tranquila devido aos danos psicológicos e físicos.

Em setembro de 1945 o Japão assinou sua rendição, pondo fim à II Guerra Mundial. No pós-guerra, os EUA ocuparam o território japonês e deram início à perseguição e condenação dos japoneses responsáveis por crimes de guerra. Em janeiro de 1946 as regras do Tribunal de Crimes de Guerra de Tóquio foram emitidas, mas esse processo estava focado no julgamento de crimes de classe A, referentes à organização de ataques de guerra. Os crimes de maus-tratos a prisioneiros (classe B) ou crimes contra a humanidade (classe C) não figuravam dentre as prioridades dos EUA. Assim, nenhuma ação foi tomada naquela época para investigar e julgar os responsáveis pela instauração do sistema de exploração das “mulheres do conforto” (WITT, 2016).

Ao contrário do que aconteceu no território japonês, os Países Baixos chegaram a punir 7 oficiais japoneses e 4 operadores de “estações de conforto” responsáveis pela violação e prostituição forçada de mulheres holandesas nas “Índias Orientais”, através do Tribunal Militar de Batávia, organizado em 1948 (LEE, 2003). A respeito disso, Ward e Lay (2019) estabelecem a seguinte observação:

Os japoneses responsáveis pelo recrutamento coercitivo e atribuição de mulheres holandesas a postos de conforto foram julgados após a guerra e o líder deles, o Major do Exército Japonês Keiji Okada, foi executado devido ao seu papel. Foi uma escolha estadunidense não demonstrar a mesma vigilância judicial em relação aos responsáveis por crimes contra as mulheres asiáticas. (WARD; LAY, 122, 2019, tradução nossa)

Para além da negligência demonstrada pela falta de investigação e interesse em reparar historicamente as “mulheres de conforto”, os EUA também estiveram ligados ao sistema de exploração, patrocinando-o de forma direta ao longo dos primeiros seis meses de sua ocupação do território japonês. Segundo os mesmo autores (2019), as tropas dos EUA devem ser responsabilizadas pela exploração sexual dessas mulheres “devido à sua utilização do sistema” no pós-guerra e questionadas pelo posterior uso contínuo de uma vasta rede de prostituição instalada nas proximidades de suas bases militares tanto na Coreia do Sul como no Japão (WARD; LAY, 2019, p. 123).

Nas décadas que se seguiram, estas vítimas foram invisibilizadas e desconsideradas tanto pelos governos dos EUA e Japão como pelo próprio governo da Coreia do Sul. Dessa forma, essas sobreviventes tiveram de lidar com danos físicos e psicológicos permanentes e especialmente na Coreia do Sul, elas se envergonhavam pela perda da virgindade fundamental para a elegibilidade a um casamento, o que afetou as possibilidades de elas constituírem famílias. Assim, elas passaram a viver com uma profunda vergonha e culpa, e optaram por viver suas vidas em silêncio, diante do medo de serem novamente humilhadas, agora pela estigmatização. E assim viveram até 1991 quando Kim Hak-Sun se tornou a primeira mulher coreana a publicamente declarar ser uma antiga “mulher de conforto” (WARD; LAY, 2019). Ao abordar esse assunto, Ching (2019) afirma o seguinte:

A vergonha e a culpa provocadas pelos rígidos códigos confucionistas da sexualidade forçaram as mulheres a permanecerem em silêncio para não se tornarem as párias do regime [...] sul-coreano do pós-guerra. O silêncio foi finalmente quebrado em 4 de agosto de 1991, quando Kim Hak-Sun, com o apoio de grupos feministas, associações religiosas e outras organizações civis, relatou publicamente sua provação como escrava sexual militar. (CHING, 59-60, 2019, tradução nossa)

O testemunho dessa vítima estremeceu a imagem do Japão perante a opinião pública sul-coreana e marcou o início de um movimento por reparação histórica que se desdobra até o momento atual. Eventos diversos ocorridos ao longo das três últimas décadas serão apresentados a seguir a fim de ilustrar os desdobramentos que o passado colonial da Ásia Oriental e, em especial, a memória das “mulheres de conforto” tem causado no século seguinte.

3.2 O MOVIMENTO POR REPARAÇÃO HISTÓRICA E SEUS EFEITOS NAS RELAÇÕES BILATERAIS

Na segunda metade do século XX, o governo japonês manteve a firme postura de negar qualquer envolvimento ou responsabilidade pela organização e administração do sistema militar de escravidão sexual (LEE, 2018). Contudo, sua retórica começou a ser questionada quando Kim Hak-sun rompeu o silêncio de quase 50 anos e se tornou a primeira mulher da Coreia do Sul a compartilhar sua experiência em uma "estação de conforto". Por si só, o testemunho de Hak-sun é bastante tocante. Em troca de uma quantia em dinheiro, sua própria mãe assinou um contrato permitindo que ela fosse levada pelo pai adotivo para Pequim, onde iria perseguir uma carreira como animadora profissional na indústria do entretenimento. Uma vez lá, Hak-sun foi raptada por militares e levada para uma “estação de conforto” onde foi mantida por quatro meses, até conseguir escapar com a ajuda de um comerciante itinerante coreano (SOH, 2000).

Seu testemunho abriu precedentes para que outras vítimas falassem do assunto, dando início a um movimento político encabeçado por líderes e ativistas de organizações da sociedade civil sul-coreana (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005). Pouco tempo após sua primeira declaração, Hak-sun entrou com uma ação judicial no final de 1991 contra o governo japonês, ao lado de duas “mulheres de conforto” e outros homens coreanos – vitimados pelo trabalho compulsório. Atualmente, é possível enxergar como esta ação judicial serviu para divulgar não somente a causa das “mulheres de conforto” mas a luta dos coreanos pela reparação de uma série de abusos cometidos pelo império colonial japonês.

Por meio da ação, as três mulheres exigiam um pedido oficial de desculpas, uma indenização, a investigação completa de seus casos, a revisão dos livros didáticos japoneses (para que estes passassem a abordar a opressão colonial sofrida pelo povo coreano) e ainda a construção de um museu memorial em homenagem às vítimas da escravidão sexual militar. Consecutivamente, a juíza que presidiu o tribunal declarou que o direito de exigir indenizações por crimes do período colonial já havia expirado (FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA, 2022).

Segundo Ward e Lay (2019), até o ano de 1998, oito processos judiciais já haviam sido movidos contra o Japão e nenhum deles tinha obtido um julgamento final favorável aos demandantes sul-coreanos. A prerrogativa era sempre a de que questões de compensação por crimes da II Guerra Mundial já haviam sido anteriormente resolvidas pelo Tratado de Paz de

São Francisco e pelos acordos bilaterais assinados entre o Japão e a Coreia do Sul em 1965, que estabeleceram as relações entre os dois países. Sob estes argumentos, o judiciário japonês concluiu que não poderia dar indenizações adicionais a essas vítimas.

Em referência a isso, Saito (2015) destaca que a Coreia do Sul não foi signatária do Tratado de São Francisco mas, de fato, assinou o Acordo de Compensação e o Acordo de Cooperação Econômica entre ambos os países, que estabeleceram uma quantia de ajuda econômica a ser paga ao governo sul-coreano – de modo a solucionar todas as questões relativas a propriedades, direitos e interesses de nacionais e pessoas jurídicas das duas partes contratantes de forma definitiva. Entretanto, por refletirem uma decisão tomada durante a vigência do regime militar sul-coreano, estes acordos não possuem qualquer legitimidade na opinião pública contemporânea do país. Sendo assim, os argumentos apresentados pelo poder jurídico do Japão não foram bem recebidos pelos sul-coreanos.

Concomitantemente ao início da eclosão de processos judiciais contra o governo do Japão, outro evento importante ocorreu em janeiro de 1992: a finalização da minuciosa pesquisa do professor de história Yoshimi Yoshiaki da Universidade Chuo. Sua compilação de arquivos oficiais do governo japonês e depoimentos de vítimas e ex-funcionários militares comprovou que as forças militares japonesas supervisionaram a construção de "estações de conforto" e participaram do processo de recrutamento de mulheres para esses locais. Além disso, seu trabalho confirmou que o Japão sabia que esse sistema violava o direito internacional "e tomou as medidas necessárias para ocultar tais violações" (WARD; LAY, 2019, p. 38). Segundo as suas fontes, o Ministério da Guerra Japonês estava diretamente envolvido no desenvolvimento do sistema e chegou a delinear protocolos de conduta para essas instalações militares (HICKS, 1995; YOSHIKI, 2002).

A repercussão do trabalho desse professor fortaleceu a pressão internacional sobre o governo japonês, levando o Primeiro Ministro, Miyazawa Kiichi, a iniciar uma investigação oficial nos arquivos de vários ministérios do governo. Sua resposta à pressão exterior marcou uma tomada de decisão inédita uma vez que Miyazawa era membro do Partido Liberal Democrata (PLD) japonês, cuja agenda política é dominada por preceitos ultranacionalistas, contrários à reparação deste e outros contenciosos do passado colonial. Apesar disso, uma vez finalizada a investigação oficial nos arquivos de vários ministérios do governo, novas evidências da ativa participação do Estado japonês no "sistema de conforto" foram encontradas.

Após essa descoberta, o Secretário Chefe de Gabinete, Kōno Yōhei, emitiu uma declaração em agosto de 1993. Nela, Kōno reconheceu o envolvimento do governo na

exploração sexual de mulheres das antigas colônias japonesas. A famosa "Declaração Kōno" trouxe pela primeira vez o posicionamento crítico de alguém ligado ao governo japonês a respeito do assunto (SAITO, 2015; WARD, LAY, 2019). Seu discurso foi marcado por um tom de pesar, o que pode ser ilustrado pelo seguinte trecho:

Inegavelmente, este foi um ato, com o envolvimento das autoridades militares da época, que feriu gravemente a honra e a dignidade de muitas mulheres. O governo do Japão gostaria de aproveitar esta oportunidade mais uma vez para estender suas sinceras desculpas e remorsos a todas aquelas, independentemente do lugar de origem, que sofreram dores imensuráveis e feridas físicas e psicológicas incuráveis como mulheres de conforto. Cabe a nós, o governo do Japão, continuar a considerar seriamente, enquanto ouvimos os pontos de vista dos círculos acadêmicos, como melhor podemos expressar este sentimento. Enfrentaremos diretamente os fatos históricos descritos acima, ao invés de evitá-los, e os levaremos a sério como lições de história. Reiteramos nossa firme determinação de nunca repetir o mesmo erro, gravando para sempre tais questões em nossas memórias através do estudo e do ensino da história. (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO, 1993, tradução nossa)

A "Declaração Kōno" aumentou ainda mais a pressão da sociedade civil e da opinião pública internacional por um pedido de desculpas oficial do Japão. Outros eventos da década de 1990 também contribuíram para isso, como o relato de outras vítimas da escravidão sexual. McCormack (1998) aponta que no ano de 1997, cerca de 23.000 mulheres já haviam declarado publicamente serem vítimas de militares japoneses. Ainda nesse período, no ano de 1996 a relatora especial das Nações Unidas, Radhika Coomaraswamy, divulgou o "Report of the Special Rapporteur on Violence Against Women, its Causes and Consequences".

No documento, a relatora especial reprimiu o Japão pelas graves violações aos direitos das mulheres (WARD; LAY, 2019). Nas palavras de Soh (2000), o relatório de 1996 definiu esse sistema enquanto uma prática institucionalizada de escravidão sexual militar e, posteriormente, outro relatório emitido pela UNHRC definiu essas "estações" como "centros de estupro" e ainda recomendou medidas concretas para a resolução da questão. Soh (2000) enxerga que as investigações formais da ONU mudaram o rumo desse movimento social, que saiu da esfera de influência regional para se tornar um movimento internacional contra violações dos direitos das mulheres.

Em julho de 1995, uma nova gestão do governo japonês optou pela criação do Fundo Asiático para Mulheres como uma forma de atender demandas dos grupos civis ligados às "mulheres de conforto". O projeto previa o envio de um pedido de desculpas e uma quantia

indenizatória de 2 milhões de ienes a cada uma das sobreviventes. O Fundo Asiático em si era essencialmente privado mas contava com um forte apoio do Estado japonês. Sendo assim, ele exibia tanto características de uma ONG como de uma organização governamental – sendo, portanto, uma instituição híbrida. Devido a essa natureza, o fundo trouxe consigo uma ambiguidade por não representar suficientemente o governo nacional do Japão perante a opinião pública da Coreia do Sul (MCCORMACK, 1998; SOH, 2003).

Em um ano, cerca de 400 milhões de ienes foram arrecadados após forte apelo por contribuições à sociedade japonesa e o fundo começou a negociar o pagamento de indenizações às vítimas de cinco países: Holanda, Filipinas, Indonésia, Taiwan e Coreia do Sul. A intenção era entregar cartas com pedidos de desculpas assinados pelo primeiro-ministro do Japão juntamente da indenização (MCCORMACK, 1998; SAITO, 2015). Desde o início, o fundo recebeu forte apoio moral e financeiro por parte do governo japonês, responsável por custear o funcionamento da instituição. Além disso, ele foi inicialmente presidido pelo então primeiro-ministro, Tomiichi Murayama, filiado ao Partido Socialista Japonês e, portanto, favorável à reparação dessas vítimas (WUDUNN, 1995).

O Fundo para Mulheres foi recebido pela sociedade civil internacional com duras críticas, sendo estas ainda mais contundentes na Coreia do Sul onde foi rejeitado por todas as organizações que lutavam em prol da reparação. A sociedade civil sul-coreana enxergou que, ao recorrer às doações de seus cidadãos, o Estado japonês fugiu da responsabilidade de promover uma reparação oficial. Essa forte oposição levou o então presidente sul-coreano, Kim Young Sam, a publicamente negar seu apoio às atividades dessa instituição em seu país (PARK, 2011 apud SAITO, 2015).

Segundo as informações veiculadas pelo próprio Fundo Asiático para Mulheres, o governo sul-coreano foi contatado a respeito do lançamento da iniciativa e teria inicialmente demonstrado um posicionamento favorável. Posteriormente a sua posição mudou, supostamente em decorrência do *lobby* exercido por diversas organizações da sociedade civil do país – e encabeçadas pelo Conselho Coreano de Mulheres Recrutadas para a Escravidão Militar (principal OSC atuante na causa, como será visto adiante).

A respeito dessa mudança no posicionamento da Coreia do Sul, o site oficial da instituição japonesa reconhece que seus esforços foram frustrados no que diz respeito a este país (ASIAN WOMEN 'S FUND, 2005). Não obstante, seus representantes ainda conseguiram reunir-se com sete antigas “mulheres de conforto” em 1997 e, na ocasião, lhes destinaram indenizações acompanhadas de pedidos de desculpas por escrito. A repercussão

desse evento levou à condenação dessas mulheres pela opinião pública sul-coreana e as mesmas chegaram a serem intituladas “traidoras da nação” (PARK, 2011 apud SAITO, 2015).

Dentre os atores sociais por trás da luta por reparação das “mulheres de conforto”, o Conselho Coreano é sem dúvida o agente principal. Desde janeiro de 1992, o Conselho tem organizado manifestações em frente à embaixada do Japão em Seul, todas as quartas-feiras de forma ininterrupta. Ao longo de duas décadas, essa OSC tem encabeçado a luta e combatido insistentemente um novo silenciamento das vítimas da escravidão sexual. Posto isso, em 14 de dezembro de 2011, na ocasião da sua milésima manifestação das quartas-feiras, o Conselho Coreano inaugurou no local a “Estátua de Uma Garota pela Paz”.

De imediato o Japão reagiu com protestos oficiais ao monumento, alegando uma violação do Artigo 22 da Convenção de Viena⁷ e declarando que a construção da obra levou os trabalhadores de sua missão diplomática a se sentirem rebaixados e ameaçados (WARD; LAY, 2019). A exemplo disso, o principal secretário do poder executivo japonês daquela época afirmou que este evento era “extremamente lamentável” e o governo do Japão faria o possível para que o Monumento da Paz fosse removido do local (CHING, 75, 2019).

Após a construção desse monumento em Seul, a postura adotada pelos atores japoneses se tornou mais invasiva e passou a ser marcada por protestos e declarações formais contra a Coreia do Sul e a obra, reiterando que a sua presença em frente à embaixada violava as diretrizes e os protocolos que se esperam de um anfitrião de missões diplomáticas (WARD; LAY, 2019). O que se viu, portanto, é que a construção do Monumento da Paz reacendeu o debate em torno do tema e deu início a uma nova fase desse conflito entre os países, que passou a ocorrer também no âmbito da política visual global, como será explicitado no próximo capítulo.

Anos mais tarde, um acordo oficial foi firmado às pressas entre o primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, e a presidente sul-coreana, Park Geun-Hye, na intenção de pôr um fim ao assunto antes que se completasse o aniversário de 50 anos dos acordos que estabeleceram as relações bilaterais desses países (CHING, 2019; WARD, LAY, 2019). Dentre outras coisas, esse acordo estabeleceu que o Japão viria a admitir sua responsabilidade pelo recrutamento de mulheres para o sistema de escravidão sexual militar, emitir um pedido de desculpas oficial e concordar com a criação de um fundo monetário destinado à indenização das 46 vítimas que estavam vivas no ano de 2015 (CHING, 2019). Após sua assinatura, 34 antigas “mulheres de conforto” concordaram em receber a indenização do governo japonês,

⁷Segundo o qual, um tratamento respeitoso deve ser dado às missões diplomáticas de qualquer nação, evitando qualquer perturbação da paz da missão ou prejuízo a sua dignidade. (BRASIL, 1965)

mas não sem causar certo descontentamento na opinião pública do seu país (YONHAP NEWS AGENCY, 2016).

Para alguns cientistas políticos, esse acordo concebido às pressas, foi uma tentativa de resolver um dos conflitos ideológicos existentes entre esses Estados para facilitar a cooperação bilateral, de importância vital diante da ascensão chinesa na região (CHING, 2019). Para Noah Feldman (2015), o cálculo político realizado pela gestão de Shinzo Abe, que também era filiado ao Partido Liberal Democrata, considerou o expansionismo militar da China como uma forte ameaça, agravada ainda mais pelo reconhecimento de que os EUA já não são mais os grandes protetores de outrora.

Ao tratar do assunto, Feldman questiona se os EUA entrariam em conflito para defender Taiwan, da China. Nos termos dele, diante de uma resposta negativa, os EUA certamente também não entrariam em guerra para proteger o Japão ou a Coreia do Sul (FELDMAN, 2015). O autor reitera que esses dois elementos levaram a gestão Abe a assumir uma postura favorável à negociação com a Coreia do Sul, enxergando como a ajuda mútua será necessária neste novo contexto geopolítico, apesar das ressalvas de seu partido à emissão de um pedido de desculpas pela exploração sexual.

No tocante ao acordo bilateral firmado em 2015, Ching (2019) denuncia a maneira pela qual os Estados da Coreia do Sul e Japão decidiram pôr um fim à questão sem que as antigas “mulheres de conforto” fossem consultadas ou sequer previamente informadas por seus governos – o que demonstra uma falta de empatia por essas mulheres que já haviam lutado por mais de uma década por reparação. Na sua perspectiva, o acordo de 2015 estava preocupado em restabelecer as relações bilaterais entre esses países, o que “ressalta apenas o limite e o fracasso dos governos patriarcais nacionais representativos” (CHING, 2019, p. 77).

O descontentamento da sociedade civil sul-coreana com o acordo levou a mais protestos e também à construção de uma nova estátua. Em dezembro de 2016, uma réplica da Estátua de uma Garota pela Paz foi erguida em frente ao Consulado Japonês da cidade de Busan, abalando novamente as relações entre esses países (PANDA, 2017). O próximo capítulo irá se debruçar sobre este episódio e apresentará ainda os efeitos causados pela construção de réplicas dessa estátua em outros países.

Além desse evento, o *impeachment* por corrupção da presidente sul-coreana Park Geun-Hye, em 2017, pôs em risco a própria legitimidade do acordo e tornou essa questão ainda mais polêmica perante a população sul-coreana (LEE, 2018). Logo após assumir o Poder Executivo da Coreia do Sul, o novo presidente Moon Jae-in revogou o acordo de 2015 e expressou suas ressalvas. De acordo com a opinião pública, sua decisão foi tomada em

resposta à forte pressão exercida por determinados setores da população sul-coreana que estavam extremamente descontentes com o rumo das negociações.

Para o presidente, um acordo dessa natureza diz muito sobre como as questões históricas do seu país deveriam começar a ser tratadas e, portanto, uma solução dessa disputa política deveria ser negociada de forma sábia (JIJI PRESS, 2017). Apesar disso, Jae-in se comprometeu a não deixar a questão das “mulheres de conforto” influenciar a cooperação entre os dois países, tendo em vista a necessidade de resposta conjunta às ameaças impostas pelo novo arsenal nuclear e sistema de lançamento de mísseis da Coreia do Norte (GRIFFITHS, 2017).

Ao investigar os elementos que levaram à falha na implementação do acordo de 2015, Lee (2018) aponta que, como exposto anteriormente, o acordo não refletiu a opinião das vítimas nem foi capaz de satisfazer suas exigências. Em especial, ele não chegou a levar o Japão a emitir publicamente um pedido de desculpas oficial, o que se refletiu no descontentamento dos sul-coreanos. A exemplo disso, a autora cita uma pesquisa de opinião realizada pelos *think tanks* Genron NPO (do Japão) e East Asia Institute (da Coreia do Sul) em 2016, a qual demonstrou que aproximadamente 75% dos sul-coreanos não achavam que a questão das “mulheres de conforto” tivesse sido resolvida pelo acordo do ano anterior (KUDO, 2016). Essa impopularidade do documento também explica a posição adotada pela nova gestão do Executivo sul-coreano.

Diante de todos os acontecimentos apresentados se observa como a questão das “mulheres de conforto” permanece em um impasse e os dois lados desse embate seguem disputando narrativas por mais de duas décadas. Um exemplo disso tem sido a falta de um consenso quanto à estimativa correta do número de vítimas. É notório que os japoneses vêm dando maior respaldo a estimativas menores, como a do historiador Ikuhiko Hata que determinou uma quantidade próxima a 20.000 mulheres, bem abaixo do que as primeiras evidências encontradas pelo professor Yoshimi Yoshiaki em 1992 demonstraram – entre 50.000 e 200.000 (WARD; LAY, 2019). Do outro lado, o Conselho Coreano de Mulheres Recrutadas para a Escravidão Militar pelo Japão tem defendido uma quantidade superior a 200.000 mulheres (SEMPLE, 2012).

Outro elemento importante dessa controvérsia é a diferença cultural existente entre esses dois povos, que apesar dos laços geográficos e históricos de proximidade, diferem em importantes aspectos morais e apresentam identidades nacionais bastante distintas. Os japoneses distinguem a lei moral da lei jurídica, diferentemente dos sul-coreanos. Portanto, de acordo com a perspectiva japonesa, um pedido de desculpas às antigas “mulheres de

conforto” não necessariamente deverá estar atrelado a uma compensação legal, ou vice-versa. Já os sul-coreanos não aceitam essa separação, por enxergarem que questões morais não devem ser separadas de questões legais (SAITO, 2015). Esse elemento da cultura sul-coreana ajuda a explicar o que os levou a condenar o Fundo para Mulheres na década de 1990, pois a indenização proveniente de doações não representava uma reparação no âmbito legal do Estado japonês, apesar da iniciativa ter expressado a responsabilidade moral japonesa pelo crime de escravidão sexual (SOH, 2000).

Além disso, a mídia desses países desempenha um papel relevante ao influenciar a opinião pública. Em geral, a cobertura do movimento das “mulheres de conforto” nos jornais japoneses era realizada de forma sensacionalista, o que aumentou a desconfiança dos cidadãos e políticos japoneses. A narrativa apresentada pela imprensa japonesa foi capaz de enfraquecer os esforços da gestão Murayama em promover uma compensação e pedido de desculpas oficial. Outrossim, na ocasião do lançamento do Fundo para Mulheres pela gestão, como uma tentativa de contornar essa situação, os veículos tradicionais o apresentaram como uma iniciativa que iria fornecer dinheiro proveniente da “simpatia” de cidadãos japoneses aos sul-coreanos (ÖNUMA, 2007 apud SAITO, 2015). Enquanto isso, a mídia coreana esteve focada em apresentar um Japão pouco solidário, propagando informações e interpretações políticas que reforçaram esse estereótipo (SOH, 2008).

Os eventos apresentados ao longo desta seção apontam para a existência não só de uma batalha de narrativas e memórias históricas, mas de grupos de interesse domésticos, cujas pressões têm diretamente influenciado os rumos das negociações governamentais em torno dessa questão. Na próxima seção, estes grupos de interesse enquanto níveis de análise dessa contenda serão apresentados.

3.3. O CONFLITO ENTRE GRUPOS DE INTERESSES

Diante desse quadro conflituoso entre a população dessas sociedades, um importante nível de análise é o dos grupos de interesse existentes em cada uma delas. Deste modo, para que as diferentes visões e principalmente os diferentes grupos de interesse envolvidos neste conflito sejam melhor apresentados, o presente tópico irá se dedicar a apresentar cada um desses países. Primeiramente, o contexto japonês, diretamente influenciado pela ação do partido nacionalista PLD. Em seguida, o contexto sul-coreano e a influência política exercida pelo Conselho Coreano. A controvérsia apresentada demonstra as dificuldades impostas pelos dois lados a uma resolução dessa questão. O que se observa é que a luta pela reparação

das antigas “mulheres de conforto” tem levado a um confronto político entre dois países, dois Estados e ainda dois grupos de interesse.

De um lado temos os grupos nacionalistas japoneses, que compõem partidos políticos conservadores e são os principais agentes de combate a um pedido de desculpas oficial por parte do Japão. Esses agentes influentes na sociedade japonesa atuam há anos no país, lutando contra um reconhecimento do Estado japonês de sua ação colonizadora na Ásia Oriental como fonte originária de crimes contra a humanidade. Essa análise mais aprofundada dos agentes que estão por trás das decisões de política externa, comprova a tese de Mladenova (2022) de que a linha divisória entre os lados dessa disputa, não é uma linha entre nações, mas entre crenças políticas – defendidas por grupos de interesse nas arenas domésticas de seus países.

Por sua vez, a sociedade civil sul-coreana, mobilizada em prol dessa causa desde o testemunho de Hak-sun nos anos 1990. A pressão exercida por esse grupo sobre o governo da Coreia do Sul tem influenciado muitas de suas decisões de política externa voltadas ao assunto.

A respeito do Japão, tem-se conhecimento que muitos estudiosos ressaltam o sentimento nacional de vitimização japonesa que os impede de admitir a responsabilidade por agressões a outros países (FACKLER, 2005). O posicionamento japonês ao longo de todos esses anos de debate sobre as “mulheres de conforto” é um reflexo direto da presença desse sentimento. O que se observa é que, por muito tempo, o Japão se negou a estabelecer um acordo com a Coreia do Sul, insistindo que todas as questões anteriores aos acordos de 1965 já haviam sido resolvidas de uma vez por todas (SAITO, 2015) como uma forma de se recusar a verdadeiramente reparar suas ações. É importante ressaltar que a opinião pública sul-coreana desconsidera os acordos firmados na década de 1960 por enxergarem que eles têm servido como um pressuposto para desobrigar o Japão a assumir sua culpa pelas questões coloniais ou bélicas pendentes (WARD; LAY, 2019).

Nacionalistas japoneses também desempenharam um papel importante na disseminação do sentimento de vitimização e impuseram dificuldades maiores às tentativas de compensação propostas ao longo das décadas. Esse grupo, que inclui políticos, veteranos de guerra e simpatizantes da extrema direita japonesa, buscou de várias formas invalidar a luta por reparação às vítimas. No que tange a disputa de narrativas históricas, os anos 1990 foram marcados pela insistência de políticos nacionalistas japoneses em defenderem alegações de que as tropas militares do Japão usufruíram apenas do trabalho de prostitutas licenciadas. Na época, a repercussão dessas declarações aumentou a insatisfação dos movimentos civis sul-coreanos contra o governo japonês (SOH, 60, 2000).

Além disso, logo após a emissão da famosa Declaração Kōno, políticos do Partido Liberal Democrata emitiram duras críticas a essa atitude e reforçaram que esse posicionamento nunca chegou a ser aprovado como uma posição oficial do governo (SAITO, 2015). Mais recentemente, membros eleitos do partido chegaram a afirmar publicamente que esta declaração deveria ser reavaliada e que até a ocasião não haveriam provas suficientes para comprovar o uso de coerção nas "estações de conforto" (WARD; LAY, 2019).

Diante desse quadro, o Estado japonês tem sido pressionado por esses grupos nacionalistas e a própria composição da Dieta do Japão (nome dado ao sistema legislativo bicameral japonês) tem sido resultado dos votos desses grupos. Sendo assim, de acordo com o jogo de dois níveis de Putnam (1988), a arena doméstica da política japonesa conta com a forte presença desse setor ultra conservador e isso leva muitos políticos e, em especial, primeiros-ministros a optarem por uma política externa contrária à reconciliação com a Coreia do Sul, respaldando a vontade desses interesses organizados. Isso tudo pode ser melhor evidenciado a partir do momento em que se analisa a ação do setor nacionalista através do Partido Liberal Democrata japonês, o principal representante desse grupo na Dieta do Japão.

O PLD esteve à frente do sistema parlamentar japonês de forma ininterrupta entre os anos de 1996 e 2009, sendo o partido político de maior força no país. Historicamente, ele exerceu uma pressão social bastante hostil a qualquer iniciativa de compensação ou pedido de desculpas às antigas “mulheres de conforto”. Como exemplo disso, a pressão exercida pelo PLD foi um dos principais percalços na criação do Fundo para Mulheres Asiáticas.

Sua influência nas décadas de 1990 e 2000 foi diretamente responsável por impedir uma resolução definitiva da questão. Além disso, o partido financia comemorações nacionalistas do passado japonês, exalta o heroísmo militar imperial na luta contra o Ocidente e tem trabalhado em conjunto com a Sociedade Japonesa para a Reforma do Livro de História⁸ – numa clara tentativa de reforçar o patriotismo nas escolas e enfraquecer abordagens críticas do passado histórico (TANAKA ET AL., 1995).

Outrossim, os eventos apresentados na seção anterior demonstraram, ainda que indiretamente, como alguns primeiros-ministros japoneses falharam em suas tentativas de transformar o governo japonês em um “único ator capaz de emitir um pedido de desculpas inequívoco” (SAITO, 2015, p. 09). A exemplo disso, o primeiro-ministro Murayama não conseguiu levar adiante sua atitude assertiva quanto à resolução dessa questão pois, apesar de

⁸ Essa Sociedade é uma rede de organizações, apoiada pelo PLD e por cidadãos que compactuam com o seu propósito. Ela busca pressionar o governo para que os livros didáticos de História das escolas públicas japonesas sejam alterados, de modo a atender as demandas do movimento de revisionismo histórico japonês. (MLADENOVA, 2020)

pertencer a uma ala progressista da Dieta Nacional, teve de ceder às pressões do PLD – cujo apoio político era fundamental à manutenção do seu governo de coalizão (ÖNUMA ET AL., 1998; SAITO, 2015).

Isto posto, restou à gestão Murayama buscar alternativamente uma solução junto à sociedade civil e foi dessa forma que se instituiu o Fundo para Mulheres. Contudo, ainda que Murayama tenha conseguido estabelecer que o Estado japonês seria responsável por cobrir seus custos “tais como salários do pessoal e custos de publicidade”, o Fundo para Mulheres não conseguiu solucionar a questão com a Coreia do Sul (SAITO, 5, 2015) e sofreu duras críticas vindas dos nacionalistas japoneses por ceder a pressões externas (SAITO, 2015). Nas palavras de Saito (2015):

Dada a persistência do poder político do PLD e da comemoração nacionalista, o governo japonês, mesmo sob o primeiro-ministro socialista Murayama, foi incapaz de agir como um ator unificado, empregar os meios adequados de produção simbólica e administrar efetivamente o *mise-en-scène* de um pedido de desculpas político. (SAITO, 13, 2015, tradução nossa).

Outra ação do partido que merece destaque foi o uso de manobras financeiras junto à UNESCO para impedir que o tema das “mulheres de conforto” fosse abordado em uma de suas coleções de arquivos históricos. Em 2016, grupos cívicos compostos por chineses, sul-coreanos e cidadãos japoneses lançaram uma campanha para que uma coleção de arquivos intitulada “Vozes das Mulheres de Conforto” fosse acrescentada ao programa “Memória do Mundo”.

Essa coleção continha relatos do que as mulheres suportaram nas “estações de conforto” e denunciava o Japão contemporâneo por obstruir de diferentes formas uma reparação às sobreviventes. Diante disso, a gestão do liberal democrata Shinzo Abe adiou sua contribuição de 30,84 milhões de dólares para a organização e só liberou quando a UNESCO vetou a inclusão desses registros nos arquivos históricos oficiais do projeto (WARD; LAY, 2019). A respeito disso, Ward e Lay (2019) afirmam que:

Uma voz significativa no Japão ainda nega os maus tratos infligidos às mulheres de conforto e defende a colonização japonesa de grandes extensões da Ásia e aponta os aspectos positivos da modernização que o Japão trouxe à região, incluindo à Coreia. Mantém firmemente na sua posição que a geração de japoneses da II Guerra Mundial merece ser honrada porque agiu com base na consciência. Para tais indivíduos, a

guerra foi uma decisão ética, um esforço do Japão para enfrentar as potências coloniais ocidentais que manipularam e exploraram a Ásia em seu próprio benefício. As ações tomadas para expandir explicitamente o poder ou a base de recursos do Japão poderiam ser entendidas como ações tomadas pelo Japão para libertar a Ásia da influência europeia e do colonialismo. (WARD, LAY, 65, 2019, tradução nossa).

Do outro lado dessa disputa, temos o Estado sul-coreano e a sua sociedade civil, fortemente engajada na causa. Diante disso, a sociedade sul-coreana insiste em cobrar uma compensação governamental do Japão não por uma questão financeira mas por um significado simbólico. Para eles, uma indenização oficial reforçaria “a sinceridade das desculpas que o perpetrador tenta comunicar à vítima” (MINOW, 1998). Não obstante, as pessoas diretamente envolvidas com a causa das antigas “mulheres de conforto” se percebem em meio a uma luta por reparação de violações aos direitos das mulheres enquanto direitos humanos e argumentam que o Japão tem uma dívida com as vítimas de forma individual – independentemente da quantia anteriormente paga como compensação ao Estado sul-coreano (KIMURA, 2014).

Além disso, desde a libertação da Coreia do domínio japonês e divisão da península em dois países em 1945, o antijapanismo e o anticomunismo se instalaram na população sul-coreana e têm sido, desde então, elementos constituintes do seu nacionalismo (CHING, 2019). O sentimento antijaponês esteve muito presente no período anterior ao estabelecimento de relações diplomáticas formais com o Japão. A respeito disso, é importante ressaltar que as negociações daquela época foram feitas por dois regimes repressivos sem qualquer objetivo real de promover a compensação de crimes de guerra ou reparação histórica das consequências do colonialismo. Esse caráter dos acordos se reflete até hoje pois muito se comenta sobre a sua ilegitimidade (WARD; LAY, 2019).

A luta por reparação às antigas “mulheres de conforto” tem levado a população sul-coreana a assumir um posicionamento bastante homogêneo quanto ao assunto e isso se deve à força política adquirida pelo movimento desde 1991. Como resultado, a sociedade sul-coreana esteve determinada a não aceitar menos do que uma avultada indenização e um pedido de desculpas vindo diretamente do alto escalão do Estado japonês (PARK, 2011 apud SAITO, 2015). Essa característica de unidade se deve, em grande medida, à influência e força adquirida por esse movimento social e suas OSCs.

Dentre as organizações representativas da causa, o Conselho Coreano de Mulheres Recrutadas para a Escravidão Militar pelo Japão permanece à frente da luta, sendo um dos principais atores desse confronto. Além de ser a entidade responsável por pressionar o

governo do seu país a se negar a tomar parte nas atividades do Fundo para Mulheres nos anos 90, a organização também foi responsável pela oposição ao acordo bilateral de 2015. Além disso, ela segue organizando demonstrações todas as quartas-feiras em Seul, ao lado do Monumento da Paz, e apoiando a construção de outros monumentos comemorativos mundo afora (WARD; LAY, 2019).

A instalação do Monumento da Paz em Seul acabou se tornando a ação de maior impacto do Conselho Coreano e desde então, o debate das “mulheres de conforto” adquiriu uma força ainda maior diante da materialidade da escultura e seu impacto nesta guerra de narrativas. A importância dessa estátua reside em seu propósito de dar um símbolo material à resistência dessas mulheres em uma localização bastante polêmica.

O Conselho Coreano foi fundado em 1990 pela professora universitária Yun Chung-Ok para, em geral, prestar apoio às “mulheres de conforto” sobreviventes, aumentar a conscientização pública sobre o assunto e confrontar os governos japonês e sul-coreano quando necessário (PARK, 2011 apud SAITO, 2015). Pouco depois de sua fundação, o Conselho publicou diretrizes nas quais deixava claro seu objetivo de levar o Japão a reconhecer o recrutamento de mulheres para a escravidão sexual, revelar evidências escondidas do sistema, pedir desculpas formais, construir memoriais para as vítimas, pagar indenizações às sobreviventes, punir os criminosos e abordar o assunto de forma crítica em seus livros de história (KWON, 1994).

Na década de 1990, essa ONG liderou a oposição generalizada ao fundo monetário proposto pelo Japão, alegando que as doações de pessoas privadas não caracterizavam estas indenizações como um ato oficial de reparação (WARD; LAY, 2019), por considerar que elas tiravam a responsabilidade de reparação simbólica do Estado japonês e a depositavam nas mãos dos cidadãos contribuintes (YUN, 2003 apud SAITO, 2015). A organização deixou claro o posicionamento de que não se contentaria com menos do que um pedido de desculpas completo e oficial, emitido pelo mais alto nível do governo japonês, acompanhado de uma indenização proveniente diretamente do Estado (ASIAN WOMEN’S FUND, 2005).

Em uma tentativa de impedir que outras vítimas além das sete mulheres que receberam dinheiro do fundo japonês viessem a aceitar essa indenização, o Conselho Coreano lançou uma campanha para arrecadar dinheiro para as demais vítimas. Contudo, a quantia levantada não foi suficiente para cobrir o valor oferecido pelos japoneses a cada uma das antigas “mulheres de conforto”. Diante disso, o Conselho Coreano através do seu *lobby* conseguiu levar o governo do presidente Kim Young Sam a negar seu apoio às atividades do fundo na

Coreia do Sul e fornecer um pagamento substituto às vítimas do seu país (WARD; LAY, 2019).

A pressão exercida pelo Conselho Coreano ainda levou o Poder Executivo a negar o direito das sete vítimas que receberam dinheiro do Fundo para Mulheres de serem agraciadas com a ajuda financeira governamental (WARD; LAY, 2019). A respeito disso, uma evidente tentativa do Conselho Coreano de buscar impedir que essas mulheres recebessem a indenização do Fundo para Mulheres foi observada. Essa organização propagou uma narrativa que as estigmatizava como traidoras da nação sul-coreana e mobilizou a opinião pública para pressionar o governo do seu país a condenar a iniciativa japonesa (PARK, 2011 apud SAITO, 2015). Para Soh (2008) o Conselho Coreano tem dominado as discussões públicas na Coreia do Sul e influenciado o rumo das negociações com o Japão.

Em 2015 o Conselho condenou veementemente o acordo bilateral, quase imediatamente após a sua assinatura, e reiterou que espera do governo japonês a capacidade de algum dia pedir desculpas às vítimas individuais de forma clara, oficial e definitiva, além do pagamento de indenização como prova disso e divulgação completa de todos os documentos que supostamente vêm sendo mantidos em segredo pelo governo. A respeito disso, Ward e Lay (2019) trazem que o Conselho aproveitou essa ocasião para reiterar seu pedido ao governo japonês por:

Investigação adicional de documentos no Japão e internacionalmente; audiências de sobreviventes e outras pessoas relacionadas dentro do Japão e internacionalmente; [...] Implementação de educação escolar e social incluindo referências em livros didáticos utilizados na educação obrigatória; implementar atividades comemorativas; Proibir declarações de figuras públicas baseadas em reconhecimento histórico incorreto, e refutar clara e oficialmente tipos similares de declarações. (WARD, LAY, 63, 2019, tradução nossa).

Os fatos e análises apresentados nesta seção demonstram como as ações de política externa da Coreia do Sul têm sido pautadas por um conflito político em torno dessa questão histórica – que contrapõe de um lado o grupo de nacionalistas japoneses e do outro movimentos sociais sul-coreanos. É visível como a ação e pressão exercida por esses grupos de interesse, que reagem ao passado colonial de seus países de forma antagônica, tem impactado politicamente as relações da Coreia do Sul com o Japão e influenciado diretamente

o rumo de negociações em torno da questão de reparação dos crimes cometidos contra as antigas “mulheres de conforto”.

A partir dessa exposição, torna-se evidente que os movimentos sociais, a imprensa e uma grande parcela da população sul-coreana não consideraram os acordos de 1965, o projeto do Fundo Asiático para Mulheres e o acordo bilateral assinado em 2015 como medidas legítimas de reparação histórica. Isso reforça o poder que a opinião pública exerce no país, o que levou a revogação do acordo bilateral em 2017. A opinião pública da Coreia do Sul tem sido influenciada diretamente pela ação dos grupos de interesse ligados às “mulheres de conforto”, e como Risse-Kappen (1991) colocou, a opinião pública e os grupos de interesse têm a capacidade de influenciar a elaboração de políticas ou a forma como certas questões serão priorizadas. Sem dúvidas, a junção desses dois elementos sul-coreanos têm levado o seu governo a dar maior prioridade à essa pauta em sua relação bilateral com o Japão.

Além disso, os protestos e a forte pressão do Conselho Coreano têm demonstrado o poder de induzir o governo a tomar posicionamentos favoráveis aos seus ou revogar decisões tomadas que desagradaram o setor. Desse modo, essa organização tem influenciado o posicionamento adotado por seu país, uma vez que ela já demonstrou em episódios anteriores ter tido a capacidade de induzir os agentes do governo central a assumirem posicionamentos que de modo contrário não assumiriam. O que demonstra a análise de Ariane Figueira (2011) sobre a influência das ONGs na política externa dos países e de Putnam (2010) quanto a influência destes atores nas duas arenas políticas sul-coreanas.

Por fim, as ações internacionais desses grupos de interesses serão aprofundadas no próximo capítulo, que explicará como o Conselho Coreano e outras ONGs têm desenvolvido uma ação internacional conjunta de pressão política ao Japão pela construção de monumentos comemorativos e como estes vêm sendo combatidos por grupos japoneses.

4. O MONUMENTO DA PAZ E SUAS RÉPLICAS: ÍCONES DE UMA DISPUTA GLOBAL

A intenção deste capítulo é mostrar como a disputa de narrativas em torno da manutenção da imagem e memória nacional desses países se inseriu na área da política visual e tornou-se uma luta por imagens. Deste modo, a abordagem estética será utilizada como uma forma de demonstrar a materialização de um confronto entre os grupos de interesse em uma obra de arte que posteriormente foi disseminada pela internet e passou a influenciar a opinião pública mundial em torno desse assunto.

Ao longo deste capítulo a construção do monumento da paz em Seul será abordada na primeira seção, acompanhada de exposição dos seus simbolismos e significados sob um viés estético. A partir disso, o fenômeno da construção de réplicas dessa estátua pelo mundo será apresentado, com especial atenção às construções em Busan, Alemanha e Estados Unidos, dois países com fortes ligações históricas vinculadas à memória sul-coreana e japonesa da Segunda Guerra Mundial. Por fim, a última seção do capítulo busca explicar quais elementos da política visual fizeram com que a imagem do Monumento da Paz chegasse a outros países e resultasse na construção dessas réplicas. Tudo isso, deverá ser apresentado de modo a sempre expor como esses elementos têm influenciado diretamente as relações bilaterais desses países.

Em inglês, a mídia e academia tem se referido à obra como “Statue of Peace” ou “Peace Monument” e a partir de uma tradução desses termos para as demais línguas ocidentais tornou-se comum referir-se a ela dessa forma. Daí vieram os termos “Estátua da Paz” ou “Monumento da Paz” em língua portuguesa, que vêm sendo utilizados ao longo deste percurso investigativo. Entretanto, o nome original em coreano é “*Pyeonghwaui Sonyeosang*”, o que literalmente traduzido significa “Estátua de uma Garota pela Paz” (KWON, 2019, p. 08).

Localizado em Seul, capital da Coreia do Sul, o monumento foi esculpido pelo casal de artistas Kim Eun Sung e Kim Seo Kyung, conhecidos desde então pela sua construção e engajamento na causa das “mulheres de conforto”. Para eles, conceber criativamente o Monumento da Paz foi uma tarefa desafiadora devido ao passado doloroso com o qual tinham de lidar, marcado pela violência de gênero, e uma das alternativas que encontraram para respeitar essa memória durante o processo, foi a decisão de não permitir que o escultor tocasse na figura feminina da obra, que deveria ser manuseada somente por sua esposa (KIM,

2016). Além disso, eles tinham a intenção de representar as jovens vítimas sem deixar de lado as senhoras sobreviventes (CHING, 2019).

Apesar de ter sido concebida como um símbolo de paz por seus criadores, a obra se tornou a materialização estética de um enfrentamento travado por ativistas e grupos da sociedade sul-coreana e além disso, tem sido motivo de constrangimento para o governo japonês (GIL, 2013). Como será exposto ao longo do presente capítulo, ainda que seu nome expresse o desejo de que a paz finalmente seja estabelecida entre as duas nações, este ainda não é o caso (MLADENOVA, 2020). E assim, a representação desta Garota pela Paz tem suscitado novos confrontos e ainda está bem longe de “ficar em paz”.

O que o casal de artistas não esperava era tamanha repercussão da obra e o fenômeno internacional que se tornou a construção de réplicas da Estátua de Uma Garota pela Paz em outros países. Contudo, a partir de sua postura engajada, o casal tem sido bastante flexível quanto às questões de direitos autorais vinculadas a obra e tem participado ativamente na construção de réplicas, esculpindo-as em seu ateliê na Coreia do Sul ou aconselhando outros artistas plásticos na concepção e execução das novas efígies (LEE, 2018). Desse modo, os autores da estátua tornaram-se atores políticos diretamente envolvidos na causa e já construíram 81 estátuas desse tipo pelo país e outras 16 pelo mundo (YONHAP, 2021). Diante disso, a próxima seção irá tratar do simbolismo vinculado à obra original.

4.1. O MONUMENTO DA PAZ E SEUS SIGNIFICADOS ESTÉTICOS E POLÍTICOS

Como exposto no capítulo anterior, em 14 de dezembro de 2011, o Conselho Coreano de Mulheres Recrutadas para a Escravidão Militar pelo Japão teve a iniciativa de erigir uma estátua em frente à Embaixada do Japão na Coreia do Sul, exatamente no mesmo local de acontecimento dos seus protestos de quartas-feiras. A construção da obra foi planejada para marcar a ocasião da milésima "Demonstração de Quarta-Feira" naquele local e deixar ali um elemento fixo, capaz de recordar o público desse episódio histórico – e ainda na esperança de estimular mais pessoas a defenderem ativamente a causa (LEE, 2008). De acordo com o Conselho Coreano, a obra é uma expressão da história sul-coreana que evidencia consigo o desejo dessas mulheres de paz e solidariedade (KUMAGAI, 2016).

Abaixo se encontra anexada uma fotografia da estátua, inserida de modo a facilitar a leitura dos seus elementos e características, além de uma visualização do contexto do local em

que se insere, com a presença de um acampamento improvisado, demonstrações em prol da causa e de um agente policial responsável por guardar o local. Estes elementos serão descritos ao longo desta seção.

Figura 2 - Monumento da Paz em Seul, Coreia do Sul.



Fonte: David Shim, 2021.

A Estátua da Paz está localizada no centro de Seul, foi esculpida em bronze e traz a representação de uma garota coreana trajando um tradicional vestido *hanbok* que está sentada numa cadeira de madeira, ao lado de outra cadeira vazia (HAN; GRIFFITHS, 2017). A exposição a seguir mostrará que, desde sua criação, a efígie tem sido um “monumento ativo”, capaz de se comunicar com o público e incitar nele a participação política (LEE, 2018, p. 35).

Para além do que o conjunto da obra representa em si, cada pequeno elemento da sua composição tem um significado próprio. O cabelo curto da efígie representa as relações cortadas contra a vontade das vítimas no momento em que eram recrutadas. A ave pousada sobre o seu ombro representa o elo existente entre as antigas “mulheres de conforto” vivas e aquelas que já se foram. Símbolo de liberdade, a ave aponta ainda para a libertação que essas mulheres encontraram na hora de partida de suas duras condições de vida (MACKIE, 2017). Mladenova (2022) ressalta que diferentemente de outros monumentos que tratam da violência sexual, o rosto da estátua não tem uma expressão convulsionada.

Logo, a sua dor não é vista de imediato, e o público só entende que a personagem se trata de uma vítima da escravidão sexual a partir do contexto da obra. Segundo ela, isso a

torna ainda mais verossímil já que as vítimas reais dessa forma de violência não mostram a sua dor. A mesma só pode ser vista quando essas vítimas resolvem expor suas experiências traumáticas. Apesar disso, seus punhos cerrados e o olhar “feroz e exigente” direcionado à embaixada japonesa, simbolizam a vontade de lutar por justiça (LEE, 2016; CHING, 2019, p. 76).

Seus pés descalços e apenas parcialmente encostados no chão representam a instabilidade presente na vida dessas mulheres, estigmatizadas como “prostitutas” e discriminadas pela sociedade (KWON, 2019). Apesar da representação de uma jovem, há uma sombra de uma mulher mais velha projetada em mosaico, que serve não só como homenagem às velhas senhoras sobreviventes como também simboliza a passagem do tempo e o sofrimento duradouro dessas mulheres (MACKIE, 2017; SHIM, 2021).

Além dos elementos citados, a cadeira vazia que se encontra ao lado da efígie da garota merece atenção especial pela possibilidade da mesma ser ocupada pelo público. Para alguns autores o ato de sentar-se e integrar-se à obra funciona como um convite à reflexão sobre a sua história (HAN; GRIFFITHS, 2017). A respeito disso, Shim (2021) destaca a cadeira vazia como um elemento que já foi utilizado em outros monumentos comemorativos com o intuito de fazer presente a ausência das vítimas de algum tipo de violência⁹.

Apesar disso, no caso da Estátua de Uma Garota pela Paz esse elemento é incorporado de forma distinta, com uma “retórica material oposta” já que a cadeira precisa ser ocupada para que o seu simbolismo se complete. Portanto, ocupar esse lugar é fundamental para que a mensagem da obra seja “encarnada”. Além disso, o ato de convidar o observador a sentar-se, transforma o público em participante ativo da causa (p. 09). Por sua vez, Chapman (2020) partilha de opinião semelhante pois, segundo ele, o convite da obra para os observadores se fazerem fisicamente presentes nessa disputa política propicia uma poderosa experiência de “interação tátil” com a materialização de uma memória histórica (p. 10).

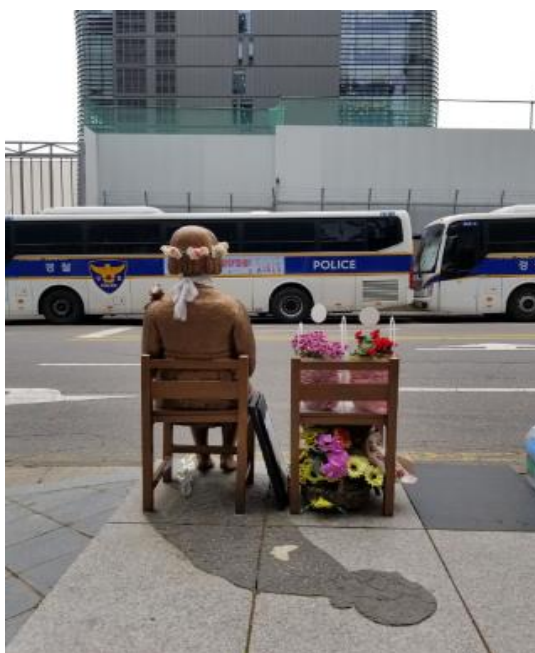
Segundo a análise de Lee (2018), o elemento de maior relevância e simbolismo da obra é a sua localização em particular, que contextualiza o conjunto da obra e demonstra claramente a real intenção do Conselho Coreano ao materializar de forma permanente suas manifestações em frente à embaixada. De fato, ao levar-se em consideração o local no qual está inserida, a estátua se torna ainda mais singular e provocadora. Shim (2021) aponta que sua posição estratégica foi pensada de modo a posicionar a estátua de frente ao principal

⁹ A exemplo disso, Shim (2021) cita as cadeiras vazias presentes na Praça dos Heróis do Gueto de Cracóvia (Polônia), no Memorial do Holocausto de Lísia (Alemanha), Memorial Nacional da Cidade de Oklahoma (EUA) e na instalação artística da Linha Vermelha de Sarajevo (Bósnia-Herzegovina).

acesso do prédio japonês para que assim, os funcionários da missão diplomática sejam forçados a fazer contato visual com ela.

Contudo, esse contato tem sido recorrentemente bloqueado por caminhões estacionados na frente do prédio. Neste sentido, a obstrução da visão corresponde à política japonesa de negação” e reforça a materialização estética no local da disputa entre os dois lados dessa história (SHIM, 2021, p. 09). A fotografia apresentada a seguir tem a capacidade de ilustrar o contexto que existe na localidade da estátua e comprovar, portanto, a sua relevância cênica.

Figura 3 - Vista do edifício da Embaixada japonesa.



Fonte: David Shim, 2021.

Além disso, sua instalação foi feita em um local de grande circulação e sua fácil acessibilidade torna o memorial ainda mais convidativo aos curiosos e facilita a interação e consequente identificação dos observadores com a obra. Portanto, o sucesso do monumento enquanto uma obra de arte pública se deve, em parte, à sua característica horizontal, sem procurar exercer autoridade ou se estabelecer enquanto uma representação grandiosa – medindo apenas 130 centímetros (LEE, 2018).

Outro elemento de destaque é a verossimilhança da efígie, que ajuda o público a estabelecer uma maior empatia pelas vítimas personificadas na estátua e tem levado à população sul-coreana a cuidar dela – sendo comum, por exemplo, vê-la com toucas ou lenços durante o inverno ou acompanhada de alguma pelúcia, buquês de flores e outros presentes.

Sendo assim, a estátua dialoga com a vida real e a imaginação do público (SHIM, 2021). Por outro lado, sua verossimilhança e controverso viés político também despertou atitudes violentas por parte de nacionalistas japoneses que ao visitarem o local atacaram a estátua. A repercussão desses eventos na mídia e redes sociais serviu para aumentar ainda mais a polêmica em torno do monumento – que é controverso desde o momento de sua construção.

Como exemplo de ataques à obra, houveram ocasiões repetidas de visitantes que deram tapas na cara da efígie ou atiraram dinheiro em sua direção, aludindo à figura de uma prostituta. A exemplo disso, houve o episódio da visita do político ultranacionalista japonês Suzuki Nobuyuki, em 2012, que amarrou uma estaca à perna da estátua com dizeres que alegavam que a ilha Takeshima é parte do território japonês¹⁰ – numa clara tentativa de ofender a população sul-coreana. Com a ajuda de outro japonês, Suzuki filmou sua ação e a postou no *Youtube*. Durante a filmagem, ele chegou a dizer que o monumento era na verdade a estátua de uma prostituta (JI-SOOK, 2012). A repercussão desse ataque em ambos os países foi grande e incitou o descontentamento da população sul-coreana levando a uma retaliação no mês seguinte, quando um homem propositalmente chocou um caminhão contra o principal acesso da Embaixada do Japão na Coreia do Sul (KWON, 2012).

Diante dos ataques à obra, a atitude de dar-lhe o que vestir no inverno, guardar o local e em geral cuidar da efígie adquire um novo significado. Para muitos sul-coreanos cuidar dessa estátua representa o ato de cuidar da memória nacional de seu país e em especial, da memória das “mulheres de conforto”. Logo após a assinatura do acordo bilateral de 2015, esse significado foi o que levou muitos universitários a passarem a noite no local, guardando a efígie da garota de uma possível derrubada. Na ocasião, um cordão humano foi feito ao redor do memorial para impossibilitar qualquer possibilidade de remoção dele (KIM, 2016).

Diante disso, descrever o significado por detrás de cada elemento do monumento é importante para que se compreenda sua intenção original mas não se pode ignorar o fato de que, desde a sua inauguração, a “Garota pela Paz” se tornou uma obra de arte pública e incorporou novos significados, construídos a partir das experiências individuais de seus observadores – o que muitas vezes não corresponde ao que os artistas originalmente pretendiam (LEE, 2018). A respeito da intenção da obra e o efeito que ela causou sobre a população da Coreia do Sul, a artista Seo-Kyung Kim afirma que:

¹⁰ A ilha Takeshima (ou Dokdo, em coreano) está localizada no Mar do Japão (localizado entre a península coreana e o Japão) e se tornou um símbolo da disputa territorial travada entre os dois países pela posse de territórios na região. (CHING, 2019)

[as pessoas] devem olhar para os calcanhares soltos, mas continuam a calçar meias. E têm de ver o cabelo cortado, mas continuam a colocar chapéus. Devem sentar-se na cadeira vazia e chorar com a garota, e abraçar o ressentimento e a tristeza das avós (vítimas) ao olharem juntas para a embaixada japonesa, mas continuam a pôr meias. Fiquei tão grata pela visão que comecei a chorar. (KIM, 2016, tradução nossa).

Diante do contexto de ataques à obra e com a assinatura do tratado bilateral em 2015, ativistas da causa e grupos estudantis reagiram e desde então têm se revezado para mantê-la sob vigilância constante. Essas pessoas têm guardado a estátua, ficando ao seu lado em grupos organizados que montaram um acampamento improvisado. Sempre em grupos ou em duplas, esses ativistas contam com o apoio de simpatizantes da causa que sempre lhes levam comidas, bebidas e outros itens como ajuda. Desse modo, a “Garota pela Paz” nunca mais esteve sozinha e, especialmente às quartas-feiras, está sempre rodeada por dezenas de pessoas (HYUN-JU, 2016). Além disso, a presença policial na área tem sido constante, o que a transforma em um memorial comemorativo securitizado (PALIEWICZ; HASIAN, 2019).

Diante da sua relevância política e simbólica, muitos acadêmicos têm considerado o Monumento da Paz como uma obra digna de análise – tal qual o presente trabalho. Dentre os autores encontrados ao longo da presente pesquisa, muitos se voltaram a discutir a estátua em termos do seu poder simbólico e político no contexto em que se insere, descrevendo o impacto dessa representação física da exploração sexual de mulheres asiáticas que se tornou um símbolo da causa, especialmente após o acordo bilateral de 2015.

Em meio a literatura encontrada, Nelson e Olin (2020) colocam que a estátua já faz parte da memória coletiva sul-coreana e se apresenta ao governo japonês como uma lembrança contínua do passado colonial e suas implicações no momento presente. Ela se constitui enquanto um objeto significativo que representa acontecimentos históricos através de sua presença física e visual. Além disso, denuncia as atrocidades cometidas pelo regime de escravidão sexual e a atual situação das vítimas sobreviventes (NELSON; OLIN, 2003).

Mladenova (2020), afirma que a estátua em Seul se transformou em uma forma própria de protesto, existindo enquanto um ícone que simboliza tanto o sofrimento das “mulheres de conforto” como também a resposta do povo sul-coreano à resistência japonesa em lidar com o passado. Já Mackie (2017) buscou ressaltar a natureza transnacional da luta das antigas “mulheres de conforto” e como esse movimento se inseriu na política cultural através da arte e do advento de novas formas de memorialização, pelo cuidado simbólico que tem sido dado a essa estátua de bronze – em uma atitude que reafirma simbolicamente a dignidade das sobreviventes e ressignifica décadas de ativismo político (MACKIE, 2017).

Kwon (2019) analisou se a estátua da Garota pela Paz está em pé por simbolizar a luta das vítimas sobreviventes ou por servir a sentimentos nacionalistas de alguns grupos da Coreia do Sul. Ele buscou, portanto, examinar como alguns dos fenômenos sociais e culturais que rodeiam a obra têm interagido com ela, a exemplo dos diferentes discursos do nacionalismo anticolonial, patriarcalismo e feminismo da nova onda (KWON, 2019).

Para Lee (2018), a Estátua da Paz se diferencia dos demais monumentos comemorativos por não estar destinada a celebrar a vitória de generais ou colonizadores. Neste caso, a obra em Seul é um monumento de guerra que representa as vítimas inocentes, e se concentra em expor a brutalidade desse conflito. Contudo, Lee questiona se “talvez a escolha de uma representação de uma vítima inocente como um monumento público sirva não só para dramatizar a questão e atrair mais atenção, mas também para solidificar a identidade nacional através de uma narrativa de ‘vitimização’.” (p. 31). A respeito disso, Lee (2018) recorre ao historiador sul-coreano Yu-Ha Park que, por sua vez, considerou a obra como um produto do pensamento nacionalista, que contém em si um discurso violento e dicotômico.

Sendo assim, a estátua reproduz a narrativa de um Japão agressor e de uma Coreia do Sul vitimizada. Segundo ele, reforçar essa narrativa não deixa espaço para o progresso, pois o ato de reforçar discursos deste tipo diminui as chances de a Coreia do Sul vir a abandonar sua identidade de vítima e se reconciliar com o Japão algum dia (PARK, 2015 apud LEE, 2018). Apesar disso, ainda que o monumento promova uma narrativa de vitimização, isso não significa que o conjunto de sul-coreanos se vejam como vítimas, afirma Lee (2018) ao estabelecer um contraponto à visão de Yu-Ha Park.

Por fim, Lee (2018) ressalta que, após sua construção, a repercussão internacional da luta das antigas “mulheres de conforto” ficou constantemente associada ao monumento – o que demonstra o papel fundamental que pode ser exercido por obras de arte na promoção de memórias e lutas do passado. Por meio da Estátua de uma Garota pela Paz, a narrativa nacional de um país vitimizado foi reintegrada na mente do público, se fundindo em uma “comunidade imaginada”. Portanto, o monumento se tornou um meio de difusão da própria identidade sul-coreana pela população, acompanhada de uma narrativa sobre os outros (neste caso, os japoneses) e o que eles representam. Isso leva à consolidação de uma identidade nacional baseada em uma lembrança do passado que se concentra nas vítimas inocentes do patriarcalismo do sistema colonial japonês e da desumanidade da Segunda Guerra Mundial.

A partir do que foi exposto nesta seção, é possível enxergar como a existência do Monumento da Paz está vinculada aos seus múltiplos significados e simbolismos, estabelecendo uma ligação entre o passado, o presente e o futuro. Enquanto estiver de pé, o

memorial comemorativo estará representando, de acordo com Shim (2021), “um passado que privou as moças de possibilidades desconhecidas, uma luta presente contra o nacionalismo patriarcal e um futuro de contínua exigência de justiça mesmo depois de todas as ‘mulheres de conforto’ terem perecido.” (p. 78). Para ele, desde a sua construção, a obra tornou-se um ponto focal desse conflito político e uma análise de sua “materialidade retórica” é essencial para que essa disputa de memórias seja melhor compreendida.

Com a construção de réplicas em outros países a disputa política em torno das “mulheres de conforto” adentra uma nova esfera e se insere no âmbito da política visual global. Diante disso, os atores envolvidos diretamente na colocação de uma réplica em Busan em um lugar de mesmo valor simbólico compreenderam o poder visual e o impacto que aquela ação poderia ter, enquanto enfrentamento às condições do acordo bilateral firmado em 2015 (GRIFFITHS, 2017). Esse episódio e a construção de réplicas do monumento em outros países podem ser trazidos para exemplificar o poder político adquirido pela imagem da “garota pela paz”, que se tornou um ícone da luta por causas que vão além da história das “mulheres de conforto”.

4.2 A REPLICAÇÃO DO MONUMENTO E A PROPAGAÇÃO DA DISPUTA

Nesta seção, se pretende expor o impacto que o Monumento da Paz e suas réplicas tiveram sobre essa luta por memória e imagem nacional. Como será demonstrado, o impacto dessas obras ainda pode ser sentido no contexto que rodeia estas duas democracias da Ásia Oriental – tal qual exposto no capítulo anterior.

O acordo bilateral firmado em 2015 previa inicialmente atender à exigência japonesa de modificar, transferir ou remover permanentemente a estátua em Seul (MLADENOVA, 2020; CHAPMAN, 2020) e suscitou entre os ativistas sul-coreanos o sentimento de que a estátua estaria sob ameaça. Apesar disso, Nelson e Olin (2003) apontam que modificar a estátua teria sido uma tarefa difícil porque afetaria diretamente a agência simbólica da mesma, assim como removê-la seria visto pela população como uma violação pessoal e comunitária do governo central. Ambas as ações trariam, portanto, graves consequências políticas.

Uma das formas encontradas pelos partidários das antigas “mulheres de conforto” de expressar seu descontentamento com o rumo das negociações recentes foi a construção de novas estátuas com fundos públicos ou provenientes de campanhas de financiamento – tal qual a original. A partir desse movimento, réplicas se espalharam pelo mundo e também

passaram a receber cuidados, materializando a personificação das “mulheres de conforto” em outros países e levando a existência de várias “garotas pela paz” (LEE, 2018). Nesses países, as novas estátuas também têm servido de plataforma para divulgar a história dessas mulheres e sua luta por reparação (WARD; LAY, 2019).

Para o crítico de arte sul-coreano, Jun-ki Kim, a propagação de memoriais comemorativos das “mulheres de conforto” reforça o papel social exercido por essas estátuas e atesta o sucesso do monumento original enquanto obra de arte pública e social – que pela eficácia artística em propagar sua mensagem de luta, atingiu uma audiência global (KIM, 2016). Nas subseções seguintes, serão apresentados os casos da construção de réplicas do monumento pelo mundo. O primeiro deles é o de Busan, cujo impacto político foi tão grande quanto o da obra original. O segundo é o caso das estátuas erigidas nos Estados Unidos, sendo este atualmente o maior cenário dessa discussão no Ocidente. Por fim, a réplica construída em Berlim e os desdobramentos políticos de sua construção também serão expostos.

4.2.1. A réplica em Busan

O ano de 2016 foi marcado pela construção de uma réplica do monumento na segunda maior cidade da Coreia do Sul: Busan. Exatamente um ano após a assinatura do acordo, (CHAPMAN, 2020) uma réplica da Estátua de Uma Garota pela Paz foi colocada nesta outra cidade em protesto ao documento. Novamente, o local escolhido foi de grande importância simbólica: de frente ao Consulado-Geral do Japão em Busan. Abaixo, uma fotografia da réplica pode ser visualizada.

De acordo com Nelson e Olin, (2003) a inauguração de uma nova imagem resultou na retirada temporária do Embaixador e Cônsul Geral do Japão do território sul-coreano e abalou ainda mais o contexto de frágeis relações entre os países (YOSHIDA; MIE, 2016). Na ocasião, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão afirmou que a construção de uma nova imagem do tipo violava diretamente a Convenção de Viena de 1961. Além disso, o governo japonês exigiu que a réplica fosse imediatamente derrubada e ainda alegou que sua construção violava as condições estabelecidas pelo acordo assinado no ano anterior (YAMADA, 2016).

Pouco tempo após a sua construção, a efígie erigida em Busan chegou a ser removida pela falta de uma autorização prévia do governo local. O momento de remoção da obra pelo gabinete distrital local de Busan foi marcado por protestos e a polícia teve de intervir para

dispersar os presentes no local (CHAPMAN, 2020). O episódio pode ser visualizado na fotografia abaixo:

Figura 4 - Protestantes em Busan, Coreia do Sul, protegendo a figura de bronze.



Fonte: Yonghap, 2016.

Imagens da remoção repercutiram nas redes sociais e mídia sul-coreana e em poucas horas o *website* do gabinete distrital de Busan travou devido a grande quantidade de mensagens enviadas pela população. A repercussão foi tão grande que levou à realização de uma coletiva de imprensa dias depois na qual o governo local formalmente se desculpou pelo episódio e se comprometeu a recolocar a réplica no local (SHIM, 2016).

A respeito disso, Chapman (2020) ressalta que as consequências da remoção da réplica em Busan serviram para ilustrar o que provavelmente teria acontecido caso a estátua original em Seul fosse removida. Sem dúvidas, haveriam protestos por parte dos grupos civis ligados à construção do monumento. Para ele, sob a perspectiva governamental, uma possível remoção teria de ser negociada anteriormente, mas levando-se em consideração o contexto e o simbolismo do local que é palco de demonstrações políticas há mais de duas décadas, uma negociação desse tipo seria uma tarefa bastante árdua (CHAPMAN, 2020).

O público sul-coreano viu a remoção do novo memorial como uma repetição de tentativas anteriores de esconder as atrocidades do passado colonial da Ásia Oriental e apagar a existência do movimento por reparação (KWON, 2019). Desde então, esse episódio em Busan aprofundou as tensões entre as duas nações e o descontentamento da população sul-coreana com o seu próprio governo, responsável pela assinatura de um acordo ilegítimo e pela recente remoção da nova estátua em Busan.

A partir do exposto, se constata como a construção do Monumento da Paz em Seul e posteriormente a sua replicação em Busan foram dois episódios agravantes desse conflito político. Somados às tentativas dos governos locais de retirá-los e à forma como a sua “materialidade simbólica” mexeu com os sentimentos da população, essas obras também influenciaram o próximo presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, a revogar efetivamente o acordo bilateral quando assumiu o Poder Executivo em 2017 (GRIFFITHS, 2017; SHIM, 2021).

É importante frisar que a réplica em Busan não foi a primeira a ser criada, mas sem dúvidas obteve grande repercussão, por ter sido feita em local igualmente significativo – em frente à outra missão diplomática japonesa na Coreia do Sul. Além disso, ela se insere no fenômeno recente de replicação da efígie da Garota pela Paz ou construção de novas estátuas em memória das “mulheres de conforto”. Nesse período se observou que as exigências do Japão pela remoção da obra original incitaram os atores sul-coreanos a promoverem a criação de novos memoriais pelo mundo. Apesar da grande maioria ter seu foco nas vítimas coreanas, algumas destas estátuas homenageiam também as vítimas de outras antigas colônias japonesas.

Anteriormente ao acordo de 2015, muitas dessas obras já existiam mas, desde a sua assinatura, a quantidade cresceu aceleradamente, pois o ato de erigir novas estátuas se tornou uma das formas de protesto contra o acordo. O fenômeno de construção de estátuas das “mulheres de conforto” expande o confronto de narrativas travado entre a Coreia do Sul e o Japão para além da Ásia Oriental, repercutindo essa e outras questões em países cujas populações tinham pouco contato com a causa. Diante disso, governos de outros países começaram a lidar com o *lobby* de suas próprias comunidades sul-coreanas pela construção dessas obras e com os protestos de associações japonesas locais pela retirada dessas imagens (CHAPMAN, 2020).

O fenômeno de propagação desses memoriais levou a Coreia do Sul a contar com um total de 77 imagens no ano de 2017. Nessa época, outras réplicas ou memoriais já poderiam ser encontrados na China, Alemanha, Austrália, Hong Kong, Estados Unidos, Filipinas,

Canadá e até mesmo no próprio Japão (CHAPMAN, 2020; SHIM, 2021). Diante disso, a repercussão dos monumentos erguidos nos Estados Unidos e Alemanha serão pormenorizadas a seguir.

4.2.2. As réplicas nos Estados Unidos

Atualmente, os Estados Unidos são o país ocidental com o maior número de estátuas comemorativas às “mulheres de conforto”, contando com 16 obras desse tipo. Desse modo, eles se tornaram a principal arena dessa disputa de narrativas fora da Ásia Oriental (MLADENOVA, 2020). O que tem sido observado nos EUA é que a construção dessas estátuas são fruto do *lobby* de grupos ou associações de sul-coreanos que exercem certa influência sobre a política local de cidades onde estão concentradas. Essas organizações procuram políticos locais para conseguir apoio à construção de um memorial e, na maioria das vezes, os custos de instalação da obra são cobertos por elas ou pelos governos de cidades da Coreia do Sul (como observado em casos de parcerias entre cidades-irmãs dos dois países).

As propostas de monumentos se pautam pela narrativa de que suas construções representam uma importante declaração de apoio às vítimas do tráfico humano e escravidão sexual. A respeito disso, Ward e Lay (2019) apontam que estas organizações estão cientes de que a construção desses monumentos serve como uma forma de pressionar o Japão perante a comunidade internacional. Em contrapartida, a ação desses grupos tem sido combatida por OSCs ligadas à comunidade japonesa dos EUA, que têm contactado os mesmos líderes políticos para pressioná-los a não permitir a construção desses monumentos ou dissuadi-los a retirar os que já estão de pé. Em alguns casos, diplomatas e representantes de grupos empresariais japoneses já chegaram a se envolver pessoalmente nessa disputa e contactaram líderes das cidades de Palisades Park, Glendale e Fairfax County (WARD; LAY, 2019).

Nessas ocasiões, os ativistas japoneses apresentaram sua contra-narrativa, alegando que certas “mulheres de conforto” foram pagas pelos “serviços sexuais” espontaneamente realizados. Além disso, eles também tem apresentado contradições no discurso da comunidade sul-coreana, buscando demonstrar como a crítica e responsabilização direcionadas apenas ao Japão são injustas, uma vez que civis coreanos e militares estadunidenses também tiveram ligações com o sistema de escravidão sexual e, posteriormente, forças militares da Coreia do Sul violaram mulheres vietnamitas durante a Guerra do Vietnã (WARD; LAY, 2019).

Em 2017, o governo local de São Francisco, Califórnia, representado pelo Conselho de Supervisores da cidade, inaugurou um “Memorial às ‘Mulheres de Conforto’” para educar sua população a respeito das consequências do tráfico humano de mulheres. Sob o comando da “‘*Comfort Women*’ *Justice Coalition*”, uma nova estátua foi criada de modo a representar as vítimas da China e das Filipinas, além das sul-coreanas (“COMFORT WOMEN” JUSTICE COALITION, 2022). Um ano após esse lançamento, em 2018, a cidade japonesa de Ōsaka encerrou oficialmente sua parceria de gemação com São Francisco, ativa desde 1957. Na ocasião, representantes de Ōsaka declararam que São Francisco só poderia voltar a ser uma cidade-irmã caso o monumento fosse derrubado – o que não veio a acontecer (MLADENOVA, 2020).

A estátua de maior repercussão dentre as que foram construídas nos Estados Unidos foi a de Glendale, também na Califórnia. A réplica da “Garota pela Paz” instalada no parque central da cidade em 2013 (apenas dois anos após a construção do monumento original), levou a uma ação judicial movida por um residente de origem japonesa contra o município. O requerente apelava pela remoção do memorial construído pelo *Korean American Forum of California*. De acordo com o processo judicial, a estátua estava supostamente perturbando a política externa do governo federal japonês (MIKAILIAN, 2016).

Apesar da controvérsia gerada na imprensa local, o que tornou o caso de Glendale famoso nos Estados Unidos e mobilizou manifestantes e ativistas de ambos os lados, essa réplica do monumento original continua de pé. Assim como as demais estátuas da Garota pela Paz, a réplica de Glendale tem sido alvo de ataques e vandalizações de cunho político. Em 2013, uma dessas ações repercutiu na internet quando uma ativista da extrema-direita estadunidense, em apoio ao movimento nacionalista japonês, colocou sobre a estátua duas bandeiras japonesas e um saco de papel sobre a sua cabeça, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 5 - Estátua da Paz em Glendale, vandalizada.



Fonte: Global News, 2017.

No vídeo compartilhado, a ativista desdenhava da causa, afirmando que todas as “mulheres de conforto” eram feias (WARD; LAY, 2019). O episódio ressalta o viés que essa contenda vem adquirindo, enquanto um conflito político cuja repercussão mundial tem ganhado força a partir da disseminação de fotografias de eventos relacionados a estas réplicas.

Em sua pesquisa sobre a propagação desses monumentos pelos Estados Unidos, Ward e Lay (2019) apontam que as fortes reações da comunidade japonesa se concentraram em criticar não só as estátuas, mas também as informações trazidas em suas placas informativas. Em sua maioria, e no caso de Glendale, as placas informativas espalhadas pelos EUA afirmam que mais de 200.000 mulheres foram levadas para as “estações de conforto”. Esse trecho é criticado por muitos japoneses por trazer uma estimativa maior que a estabelecida por fontes históricas (que, como exposto no capítulo anterior, apontam para um total que varia entre 50.000 e 200.000 mulheres). Em vista disso, na próxima seção, será evidenciado, dentre outras coisas, como o texto informativo de uma réplica mais recente, construída em Berlim, teve esse trecho alterado.

Ao tratar desse fenômeno de construção de estátuas comemorativas às “mulheres de conforto” nos Estados Unidos é importante que se leve em consideração o significado político simbolicamente trazido pela presença dessas obras no país. Durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA foram responsáveis por derrotar o Japão, não sem antes recorrer à construção de campos de concentração de japoneses na Califórnia e lançar duas bombas

atômicas sobre o seu território. As bombas de Hiroshima e Nagasaki são exemplos de episódios históricos controversos dos quais os próprios Estados Unidos jamais se desculparam oficialmente.

Além disso, como já foi comentado, as tropas estadunidenses comprovadamente usufruíram do sistema de escravidão sexual militar japonês nos meses em que ocupou os território do Japão, sob a prerrogativa de libertar a Ásia, e ainda hoje, há uma grande concentração de bordéis nas proximidades das bases militares dos EUA no Japão e Coreia do Sul. Esses dois fatos históricos diminuem a credibilidade dos EUA quanto a um posicionamento oficial a respeito da questão das “mulheres de conforto”. Contudo, essas réplicas são resultado de decisões de governos locais que não necessariamente devem ser responsabilizados por essas questões, mas, em vista disso, deveriam incluir um teor crítico maior a respeito do papel desempenhado pelos próprios EUA na exploração sexual de mulheres.

4.2.3. A réplica em Berlim

No caso da Alemanha, a primeira cidade a ter sido procurada por atores da comunidade sul-coreana foi Freiburg, no ano de 2016, logo após o presidente da câmara municipal ter fechado uma cooperação com a cidade sul-coreana de Suwon, que lhe ofereceu uma réplica do monumento. Após a aprovação da proposta, seu escritório passou a receber muitas cartas e e-mails da comunidade japonesa na Europa, criticando a atitude e cobrando que ele deveria se opor à construção de estátuas sobre o tema.

Além disso, ele teve de lidar com a reprovação oficial do Cônsul Geral do Japão na Alemanha, assim como de representantes de uma cidade-irmã japonesa (Matsuyama) com a qual Freiburg já mantinha uma parceria anterior. Diante dessa pressão política, o presidente da câmara municipal cedeu e rejeitou a oferta. Caso contrário, esta teria sido a primeira réplica do Monumento da Paz na Europa (MLADENOVA, 2020).

No ano seguinte, a primeira estátua do tipo foi erguida, em 2017, na cidade de Wiesent, dentro de um estabelecimento privado voltado ao paisagismo, que oferece a visitação de jardins inspirados em elementos de culturas asiáticas: o Parque Himalaia Nepal. A segunda delas foi construída em Berlim, sendo a primeira estátua do tipo a ser posicionada

em um local público no país, o que lhe deu maior relevância política – além do fato de estar localizada na capital.

Em decorrência dessa peculiaridade, ela merece uma atenção especial e esta seção se concentra em apresentar os desdobramentos políticos de sua construção. Por sua vez, a terceira delas foi construída em Frankfurt, dentro de uma propriedade da Congregação da Igreja Evangélica Coreana do Reno-Meno, em 2020 e, recentemente, em 2021, uma réplica foi temporariamente instalada em Dresden, na ocasião de uma exposição internacional de obras de arte – que ironicamente aconteceu em um prédio histórico chamado “Palácio Japonês”.

No que diz respeito à réplica situada no bairro de Moabit, em Berlim, tem-se que a mesma também foi esculpida pelo casal de artistas sul-coreanos responsáveis pela estátua de Seul (MLADENOVA, 2020). Inaugurada em 28 de setembro de 2020, a obra surgiu da iniciativa de uma organização difusora da história e cultura coreanas na Alemanha, intitulada Federação da Coreia, e seu grupo de trabalho em prol da memória das “mulheres de conforto” composto por 30 organizações da sociedade civil alemã, em parceria com o Conselho Coreano – responsável por ofertar à estátua e cobrir seus custos de produção e envio ao local. Desde então, sua manutenção tem sido bancada através de doações a este grupo (ARBEITSGRUPPE “TROSTFRAUEN”, 2020).

É interessante o fato de que, neste monumento, o texto informativo comumente colocado ao lado da estátua não cita estimativas da quantidade de mulheres forçadas ao sistema de escravidão sexual. O texto aponta, logo no início, que “os militares japoneses traficaram inúmeras garotas e mulheres” de toda a região da Ásia-Pacífico (ARBEITSGRUPPE “TROSTFRAUEN, 2020, tradução nossa). Além disso, são repassadas informações gerais sobre a história das “mulheres de conforto”, o primeiro monumento em Seul, seus símbolos e significados e, por fim, o que levou à sua construção na capital alemã. Um pequeno resumo em português desse texto informativo pode ser lido a seguir:

A Estátua da Paz relembra o sofrimento destas chamadas "mulheres de conforto" e presta homenagem à coragem das sobreviventes que quebraram o seu silêncio em 14 de Agosto de 1991 e se levantaram contra a repetição de tais crimes em todo o mundo. [É] Um donativo do Conselho Coreano, erigido pelo Grupo de Trabalho "Mulheres de Conforto" da Federação da Coreia. [...] Representa a promessa de todas as gerações futuras trabalharem contra o esquecimento e por um mundo pacífico. [...] O desenho foi desenvolvido pelos artistas Kim Seun Kyung e Kim Seong em conjunto com o Conselho

Desde a sua inauguração, a réplica em Berlim tem levantado os ânimos das comunidades sul-coreana e japonesa. A exemplo disso, dias após a réplica ser erguida, a mídia coreana noticiou uma conversa telefônica entre os ministros dos negócios estrangeiros do Japão e da Alemanha na qual, supostamente, o ministro japonês lhe pediu para removê-la (MLADENOVA, 2020). Neste caso, o governo local de Berlim tem emitido ano após ano uma autorização para que a réplica continue de pé. Até o presente momento, esta autorização tem sido renovada, apesar dos protestos de organizações que defendem os interesses de grupos nacionalistas japoneses (YONHAP, 2020; SCHLEIERMACHER, 2022).

Em 2020 foi realizada uma manifestação pela renovação desta autorização, na qual 200 mulheres recriaram a imagem do Monumento da Paz, ocupando cadeiras na mesma posição da estátua e deixando um assento vazio ao lado de cada uma em frente ao Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros em Berlim. Nessa instalação a cadeira vazia não foi ocupada pelo público mas o local da efígie da garota, que foi personificada pelas próprias manifestantes (KIM, 2020). Assim, o que se viu foi um conjunto de 200 mulheres simultaneamente incorporando a Estátua de Uma Garota pela Paz. As fotografias desse momento repercutiram pelo país e também pela Coreia do Sul e tiveram o poder de pressionar o governo local a renovar a autorização até setembro de 2021. Uma delas pode ser visualizada a seguir:

Figura 6 - Protestantes junto a 200 cadeiras vazias simbolizando vítimas da escravidão sexual militar japonesa, em frente ao Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros em Berlim.



Fonte: Korea Herald, 2020.

Na ocasião da sua segunda renovação, manifestantes japoneses foram até o local protestar contra a estátua, e o Secretário Chefe de Gabinete do Japão, Katsunobu Kato, declarou em coletiva de imprensa seu apoio aos protestos e condenou veementemente a possibilidade do governo de Berlim autorizar que a estátua continue de pé até 2022 (KYODO NEWS, 2021). Apesar disso, o *lobby* japonês não obteve sucesso e a estátua em Berlim segue de pé, após uma terceira renovação de sua autorização.

Recentemente, em 26 de junho de 2022, o grupo de trabalho composto por 30 OSCs alemãs realizou uma semana de manifestações que incluiu vigílias à estátua, comícios e programações culturais. O evento foi interrompido quando um grupo de manifestantes de direita invadiu o local gerando um confronto que se estendeu por algumas horas. É importante ressaltar que, poucos dias antes do início da semana de manifestações e do confronto citado, a Alemanha havia sediado uma cúpula do G7, na qual o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida (que na ocasião também ocupava a presidência do PLD), solicitou diretamente ao Chanceler alemão, Olaf Scholz, que a estátua fosse removida (SCHLEIERMACHER, 2022; KYODO NEWS, 2022).

Mladenova (2020) enxerga que a estátua em Berlim pode ser analisada sob duas perspectivas. A primeira delas é de nível nacional e se baseia em termos de política externa,

pela qual a obra transforma a Alemanha em um dos palcos dessa guerra de narrativas entre duas potências asiáticas. Sob esta análise, condenar diplomaticamente a interferência de um país terceiro nas relações bilaterais de outros seria a ação mais lógica, sob a prerrogativa de que o princípio da não-interferência deveria prevalecer no assunto.

Nessa perspectiva, a construção de uma estátua do tipo é, portanto, considerada uma afronta de nível oficial e estatal ao Japão e uma violação da neutralidade esperada da Alemanha. O pensamento do historiador Reinhard Zöllner se insere nessa linha. Por sua vez, ele coloca que erguer uma dessas estátuas na Alemanha é equivalente a declarar um partidarismo unilateral em prol da Coreia do Sul. Para ele, um tratamento diferente deveria ser dado ao tema, pela construção de um monumento que seja voltado à memória das vítimas de outros crimes de guerra e/ou outras nações e que, além disso, não culpabilize o Japão sozinho (MLADENOVA, 2020).

Já na perspectiva que impera entre os atores da sociedade civil, a retórica de defesa dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos prevalece. Esses atores não acreditam que a história das “mulheres de conforto” deve ser resolvida definitivamente, mas que a discussão sobre esse e outros crimes sexuais de guerra deve ser sempre levantada para que se construa uma consciência histórica. Ao término de sua exposição, Mladenova (2020) ressalta a problemática de se insistir no prevalecimento da perspectiva de nível nacional. Para ela, isso gera um impacto negativo sobre o combate mundial à violência contra as mulheres, que deverá sempre prevalecer pela suma importância da defesa dos direitos humanos.

A presença de um monumento da paz na capital da Alemanha chama atenção por se localizar em um país que também perpetrou crimes contra a humanidade no século passado. Contudo, ao contrário do Japão, a Alemanha desenvolveu ao longo das décadas seguintes uma “*Erinnerungskultur*” (ou “cultura da memória”) pela qual assumiu a responsabilidade do seu Estado pelo holocausto e demais atrocidades, de modo a impedir que algo do tipo venha a acontecer novamente. Na contramão do exemplo japonês, a atitude da Alemanha de expor o seu passado passa pela derrubada de monumentos nazistas e o país atualmente conta com a presença de diversos monumentos comemorativos que exaltam a memória dessas vítimas. Sendo assim, o Monumento da Paz em Berlim parece muito mais adequado e legítimo, já que a luta por reparação das “mulheres de conforto” e combate às diferentes formas de violência e exploração sexual das mulheres pelo mundo condizem com a postura crítica e de reparação vinculada à imagem desse país.

4.3. OS EFEITOS DO MONUMENTO E SUAS RÉPLICAS SOBRE A DISPUTA

A inauguração de monumentos em homenagem às “mulheres de conforto” em outros países e, sobretudo, a replicação da Estátua da Paz, constituem um fenômeno inédito no âmbito da política visual global. No artigo “*Visualizing Korea: The Politics of the Statue of Peace*”, David Chapman (2020) analisa esse fenômeno a partir do impacto que a Estátua de Uma Garota pela Paz, acompanhada de sua divulgação na internet e propagação de suas réplicas, teve enquanto elemento “catalisador” dessa luta por reparação histórica. Em sua visão, a partir da disseminação de imagens do monumento em Seul vinculadas às notícias que envolvem seus guardiões e guardiães, agressores e ainda o acordo de 2015, a imagem da Garota pela Paz se tornou um ícone representativo de uma causa social também no mundo virtual.

Portanto, a reprodução digital deste artefato visual tornou-se um exemplo do significado e impacto político que imagens podem ter hoje em dia – em tempos de redes sociais. A circulação de notícias sobre o Monumento da Paz em Seul nos meios de comunicação com fotos da obra vinculadas aos textos também serviram para levar a imagem deste ícone e sua mensagem a outros países – concomitantemente à construção de réplicas ou novos monumentos. Diante desse fenômeno digital, o alcance da estátua foi gradativamente se tornando global (CHAPMAN, 2020), diminuindo a necessidade de o público visitar a obra original para se conectar com a sua causa.

Segundo o autor, desde o momento de sua inauguração, em frente à embaixada japonesa, o monumento original transitou da esfera artística instantaneamente para a esfera política. Posteriormente, sua reprodução visual nos meios digitais e ainda o lançamento da réplica em Busan respectivamente ampliaram o alcance da obra. Além disso, eles expandiram seu significado original para abranger também a luta contra a convivência em relação às atitudes japonesas demonstrada pelo governo de Park Geun-hye ao assinar o acordo bilateral de 2015. Para ele, a repercussão negativa desse acordo na população sul-coreana e a consequente mobilização social contrária à sua assinatura foram os ímpetus que levaram o Monumento da Paz a alcançar maior atenção internacional (CHAPMAN, 2020).

Além disso, Chapman (2020) buscou analisar a forte presença digital do monumento e concluiu que sem o ciberespaço, a quantidade de observadores da obra original seria limitada. Mas, uma vez que imagens da mesma passaram a ser compartilhadas digitalmente, a sua mensagem foi levada para uma audiência em âmbito global. Como uma evidência de sua forte

presença digital, o autor aponta que uma simples pesquisa pelo nome da estátua em ferramentas de busca (em inglês, coreano ou japonês) já é suficiente, diante das centenas de imagens de noticiários que aparecem nos resultados.

Já como uma consequência dessa presença, ele descreveu o fenômeno de “cascata visual”, responsável por fazer com que a obra original transcendesse as fronteiras da Coreia do Sul e chamasse a atenção pública mundial, alcançando pessoas que de outra forma não teriam ficado sabendo da história das “mulheres de conforto”. Para ele, foi a partir desse fenômeno de rápida disseminação de imagens do Monumento da Paz que a construção de novos monumentos e réplicas se originou, como mais uma forma de propagação do tema (CHAPMAN, 2020). A respeito disso, Chapman (2020) coloca que:

Em muitos aspectos, a reprodutibilidade tecnológica de estátuas no ciberespaço garantiu a sua permanência. As efígies físicas podem ser removidas, descartadas e destruídas mais facilmente do que milhões de reproduções digitais dispersas e armazenadas em páginas *web*, em arquivos e em discos rígidos em todo o mundo. As reproduções digitais podem ser de natureza etérea, mas são também elusivas e rizomatosas na prática, assegurando assim a sua presença duradoura. A combinação de uma presença física e uma presença digital para a Estátua da Paz proporciona assim contextos e localizações diversas, acrescentando uma importante possibilidade à intenção original da efígie. (CHAPMAN, 2020, p. 11, tradução nossa)

De acordo com a sua perspectiva, o que se observa, portanto, é que a obra de arte original, enquanto um ícone materializado de uma causa, ao ser muito compartilhada na internet, foi adquirindo uma maior relevância e se tornou um ícone digitalizado da luta de uma comunidade. Em decorrência desse processo de difusão internacional da obra e seu tema, a materialização desse artefato visual em outros países passou a ser muito visada pela comunidade defensora da causa. Através desse efeito em cadeia, as reproduções digitais levaram às reproduções físicas e juntas projetaram a pauta das “mulheres de conforto” na consciência pública global (CHAPMAN, 2020).

É importante ressaltar que, apesar de permitir uma rápida disseminação, a reprodução digital dessas imagens da Estátua da Paz não é capaz de possibilitar um contato direto com a obra, o que se tornou possível a partir da reprodução física em outros países. Através desse contato com a materialização física da Garota da Paz, uma empatia maior pela causa é suscitada no público, diante da possibilidade de um diálogo mais profundo entre o monumento e a percepção humana (CHAPMAN, 2020). O que se observa, portanto, é que a

reprodução física da obra de arte original tem ampliado a sua politização pelo mundo, e isso pode ser visto na repetição do fenômeno de humanização das efígies replicadas, que também tem sido guardadas, cuidadas, abraçadas e vestidas nestes outros países, a exemplo do momento capturado e apresentado abaixo:

Figura 7 - Mulher estadunidense, descendente de coreanos, interage com réplica do Monumento da Paz em Glendale, EUA.



Fonte: CNN, 2017.

Ademais, Chapman (2020) observou que a reprodução material da estátua tem sido bastante eficaz em atrair não só a atenção de novas pessoas, mas principalmente de líderes do governo japonês. Apesar destas reproduções não poderem competir com a velocidade e eficiência de propagação das digitais, elas têm um peso político muito maior. O que se observou é que a reprodução desses ícones de bronze ampliou o efeito das manifestações, levando o monumento original para além dos seus limites restritos a um local fixo, rumo a contextos infinitos de reprodução. Esse processo de diversificação do domínio contextual da obra permitiu-lhe ainda que a mesma fosse interpretada pelo público de forma mais ampla. Diante disso, o autor concluiu que a cada nova réplica ou memorial erguido pelo mundo, o Japão é novamente pressionado e afrontado quanto a sua atitude contrária à reparação.

Nessa disputa, a cada nova estátua, o Conselho Coreano e as demais organizações da sociedade civil envolvidas ganham pontos perante o governo japonês e aumentam seu poder

de pressioná-lo por uma resolução que atenda seus interesses. Ward e Lay (2019) colocam que, do ponto de vista sul-coreano, a construção de monumentos em outros países é uma nova forma de empreender a luta por justiça pelas “mulheres de conforto” e restaurar a dignidade da nação sul-coreana. Já na ótica japonesa, essa nova modalidade de confronto tem gerado uma humilhação da sua honra nacional de forma injusta, “manchando” a reputação do governo diante do mundo. Por sua vez, Yamaguchi (2020) afirma que o Japão acredita que a luta pelo reconhecimento das “mulheres de conforto” tem sido cooptada como uma moeda de troca da política externa sul-coreana. Sendo assim, a construção de novos monumentos da paz e a realização de eventos sobre o assunto são vistas como uma afronta à nação japonesa que deve ser combatida.

Tendo em vista os efeitos políticos dessas estátuas, Ward e Lay (2019) concluem que o Conselho Coreano e demais atores sociais envolvidos na causa não têm a intenção de retirar essas estátuas caso um dia o impasse político com o Japão seja resolvido. Segundo eles, os agentes por trás da efígie original e suas reproduções colocam que estas jamais teriam sido erguidas se o problema já estivesse resolvido, mas, agora que estão em seus lugares, representam uma peça importante da história mundial que jamais deverá ser esquecida.

A partir do exposto, se observa como, através de uma abordagem estética do Monumento da Paz em Seul, a sua relevância política pode ser comprovada. A partir disso, a propagação de imagens relacionadas à obra e sua replicação em diferentes países fez com que essa luta entre grupos de interesse extrapolasse a Ásia Oriental, e ainda fez com que esse confronto por imagens e memórias nacionais se tornasse também uma disputa visual, materializada na construção de novas estátuas da Garota pela Paz. Como resultado, o que se tem observado é a batalha entre novos grupos de interesse ligados às comunidades de sul-coreanos e japoneses nestes países, transformando-os em novos “campos de batalha” da referida questão.

6. CONCLUSÃO

O estudo de caso apresentado demonstra como a memória nacional da Coreia do Sul a respeito das “mulheres de conforto” influencia até hoje suas relações bilaterais com o Japão. O movimento por reparação das vítimas ganhou força e poder nas arenas de política doméstica e externa sul-coreanas. Essa contenda permanece atual, sendo travada entre grupos de interesse dos dois países que influenciam as decisões dos seus governos quanto a esse impasse de política externa. Além disso, ela se trata de uma disputa complexa e até hoje uma resolução do assunto não foi encontrada.

Ao longo do segundo capítulo, uma contextualização histórica do assunto foi realizada, ressaltando os principais eventos da implementação do sistema de escravidão sexual militar e do início da luta por reparação na década de 1990. Em seguida, os agentes e interesses organizados que atuam no interior de cada um desses Estados foram apresentados, de modo a ressaltar que esta é uma disputa entre crenças políticas e interesses organizados. O propósito do capítulo era justamente mostrar como o governo nacional sul-coreano é um ator diferente da sociedade civil, portanto, ao longo das mudanças de governo na Coreia do Sul alguns governantes apoiaram e outros ignoraram as demandas do movimento. Os ativistas dessa causa não falam em nome do governo nacional da Coreia do Sul mas em nome das vítimas que já se foram e daquelas que sobreviveram à guerra.

Apesar de parecer simples, esta linha de raciocínio não é compreendida por muitas das partes envolvidas e principalmente por muitos observadores deste caso (MLADENOVA, 2020). Diante disso, foi apresentado como o Estado japonês tem sido pressionado por grupos nacionalistas, dos quais o mais influente é o Partido Liberal Democrata, que tem dominado o sistema parlamentar japonês nas últimas décadas. Ele tem pressionado o Estado a adotar uma política externa contrária à reconciliação com a Coreia do Sul. Deste modo, o Japão (apesar de duas iniciativas controversas de reconciliação) tem se negado a emitir um pedido de desculpas oficial que atenda às exigências do movimento de reparação. Por sua vez, o Conselho Coreano tem sido a OSC de maior influência no cenário sul-coreano, exercendo uma capacidade de alterar o posicionamento do governo central do seu país.

A partir da exposição do capítulo seguinte, se observou que com a construção de réplicas do Monumento da Paz ao redor do mundo, essa organização tem influenciado as arenas domésticas de outros países e exercido pressão sobre o Japão. O terceiro capítulo abordou, por sua vez, a construção do Monumento da Paz em Seul no ano de 2011. Na

primeira seção do capítulo, uma exposição dos seus simbolismos e significados foi realizada utilizando-se como referência abordagens estéticas realizadas por diversos autores.

Em seguida, o fenômeno de construção de réplicas dessa estátua ao redor do mundo foi apresentado e exemplificado através dos casos observados nos contextos de Busan, Glendale e Berlim. Essas reproduções físicas, acompanhadas das digitais, têm influenciado diretamente o rumo desse conflito entre os dois países – a partir do momento em que elas têm propagado essa pauta pelo mundo. Assim, essas duas formas de reprodução tem levado o Monumento da Paz (enquanto ícone de um movimento social) a novas audiências. Como resultado disso, mais pessoas estão se engajando na luta.

A disputa de narrativas históricas e de manutenção da imagem nacional entre esses países se inseriu na área da política visual e se tornou uma luta global por imagens, materializadas na construção de novas estátuas. O que se observa é que o conflito entre esses grupos de interesse extrapolou para outros países e tem transformado essas áreas em novos “campos de batalha”. Para os indivíduos japoneses ultranacionalistas, o viés visual dessa disputa tem gerado uma humilhação da sua honra nacional em outros países. Sendo assim, prevalece entre eles a intenção de combater a construção de novos monumentos.

Sob a perspectiva Sul-Coreana, cada nova estátua construída ou matéria veiculada pela imprensa internacional a respeito do assunto é tida com uma pequena vitória do movimento, que aumenta seu poder de pressão sobre o governo japonês e os aproxima de uma possível resolução que inclua o que consideram como uma reparação “justa”. Deste modo, esse setor da sociedade enxerga que a construção de novos monumentos é uma nova modalidade de luta por justiça. Por fim, não seria correto concluir esta análise sem antes estabelecer a ressalva de que o presente estudo de caso foi apresentado sob a ótica das RI, ilustrado pelo *framework* da análise de grupos de interesse e analisado a partir de uma abordagem estética com foco na política visual. Apesar disso, a questão das “mulheres de conforto” vai muito além, transcendendo essas duas áreas.

É preciso levar em consideração que esse tema trata, acima de tudo, sobre os direitos das mulheres enquanto direitos humanos universais, para além de fronteiras geográficas e culturais. Incluída neste contexto mais abrangente, a luta por reparação histórica dessas mulheres se insere em uma dimensão internacional que dialoga diretamente com pautas da luta por direitos humanos e também da luta feminista em todo o mundo. Deve ser considerado que não se perca de vista o caráter internacional dessa pauta, que independe dos seus efeitos nas relações exteriores de países asiáticos e/ou ocidentais.

A existência por si só da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, criada em 1979, já deveria ser mais que suficiente para que ambos os Estados fossem coagidos à busca por uma resolução para o assunto. Por fim, retomando Mladenova (2020), o caráter de respeito aos direitos das mulheres enquanto direitos humanos deve prevalecer sobre o princípio de não-intervenção, logo também é dever da comunidade internacional buscar justiça e reparação por essas e outras vítimas.

Ademais, é preciso se ter em mente que essas estátuas e a representatividade que carregam consigo, de uma luta por justiça a estas mulheres, é muito mais do que um mero objeto de estudo. Essas obras representam vítimas reais da violência sexual, que infelizmente continua acontecendo e ainda está diretamente vinculada à violência militar existente em zonas de conflito. Esse aspecto é importante e buscou ser respeitado ao longo de todo o texto.

Por fim, ainda que algumas poucas das antigas “mulheres de conforto” estejam vivas, essas estátuas têm o poder de eternizar sua memória e representar essa luta para as próximas gerações. Sendo assim, o futuro do movimento por reparação está na construção de novas réplicas pela Coreia do Sul e pelo mundo, além da conservação das estátuas existentes. Devido a sua importância histórica e a abrangência global do assunto, este movimento não deverá acabar e continuará levando adiante a sua pauta, ainda que uma reparação das vítimas e um pedido de desculpas oficial sejam conquistados. As “mulheres de conforto” lutam pelo seu espaço na história mundial para que algo parecido jamais venha a acontecer novamente.

REFERÊNCIAS

- AHN, Yonson. **Japan's 'Comfort Women' and Historical Memory: The Neo-nationalist Counter-attack**". In: SAALER, Sven; SCHWENTKER, Wolfgang. **The power of memory in modern Japan**. Folkestone: Global Oriental, 2008. Cap. 3. p. 32-53. Disponível em: <https://epdf.tips/the-power-of-memory-in-modern-japan.html>. Acesso em: 26 out. 2022.
- ANISTIA INTERNACIONAL. Secretariado Internacional. **JAPÓN: CONTINÚA LA ESPERA 60 AÑOS DESPUÉS: justicia para las sobrevivientes del sistema de esclavitud sexual militar de Japón**. Madri: Anistia Internacional, 2005. 55 p. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/ASA22/012/2005/ja/>. Acesso em: 17 out. 2022.
- ARENAL, Celestino. **Introducción a las Relaciones Internacionales**. Madri: Editorial Technos, 1999.
- ASIAN WOMEN'S FUND. **Closing of the Asian Women's Fund**. 2005. Disponível em: <https://www.awf.or.jp/e3/dissolution.html>. Acesso em: 17 out. 2022.
- BLEIKER, Roland. **In Search of Thinking Space: reflections on the aesthetic turn in international political theory**. Millennium: Journal of International Studies, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 258-264, jan. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0305829816684262>.
- BLEIKER, Roland. **The Aesthetic Turn in International Political Theory**. Millennium: Journal of International Studies, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 509-533, dez. 2001. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/03058298010300031001>.
- BRASIL. Decreto nº 56.435, de 08 de Junho de 1965. **Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas**. Diário Oficial da União: seção Brasília, DF. JusBrasil. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109213/decreto-56435-65#art-22>. Acesso em 17 out. 2022
- BLEIKER, Roland. **Aesthetics and World Politics**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009. 271 p.
- BLEIKER, Roland (ed.). **Visual Global Politics**. Devon: Routledge, 2018. 411 p.
- BELFRAGE, Claes; GAMMON, Earl. **Aesthetic International Political Economy**. Millennium: Journal of International Studies, Londres, v. 45, n. 2, p. 223-232, dez. 2017.
- CALLAHAN, William A.. **The Visual Turn in IR: documentary filmmaking as a critical method**. Millennium: Journal of International Studies, [S.L.], v. 43, n. 3, p. 891-910, 27 maio 2015. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0305829815578767>.
- CHAPMAN, David. **Visualising Korea: the politics of the statue of peace**. Asian Studies Review, [S.L.], v. 45, n. 3, p. 420-434, 8 nov. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10357823.2020.1840511>.
- CHEN, Ching-Chih. in: MYERS, R. H.; PEATTIE, M. R. **The Japanese Colonial Empire, 1895-1945**. Princeton: Princeton University Press. 1984.

CHOE, Sang Hun. **Japan And South Korea Settle Dispute Over Wartime ‘Comfort Women’**. 2018. Elaborada por New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/12/29/world/asia/comfort-women-south-korea-japan.html>. Acesso em: 26 out. 2022.

COALITION, "Comfort Women" Justice. SF Memorial. 2022. Disponível em: <https://remembercomfortwomen.org/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

COLIGAÇÃO DE JUSTIÇA E MEMÓRIA PARA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA ESCRAVIDÃO SEXUAL JAPONESA. **Relatório de Atividades**. 2021. Disponível em: <https://womenandwar.net/kr/2021-activity-report-eng/?ckattempt=1>. Acesso em: 17 out. 2021.

COSTA, Marcia Maria da Graça; CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **A Estátua de Borba Gato: memória e identidade de santo amaro**. Veredas: Revista Interdisciplinar de Humanidades, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 34-54, 01 jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.unisa.br/index.php/veredas/article/view/78>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CHING, Leo T. S. **Anti-Japan: the politics of sentiment in postcolonial east asia**. Durnham: Duke University Press, 2019. 176 p.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JUNIOR, Robert L.. **Contending theories of international relations: a comprehensive survey**. Nova Iorque: Longman, 1997. 608 p.

FACKLER, Martin. **Hiroshima and the meaning of victimhood**. New York Times. Nova Iorque, p. 1-1. 06 ago. 2005. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2005/08/06/world/asia/hiroshima-and-the-meaning-of-victimhood.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA (Nova York) (comp.). **Lawsuits brought against Japan by former Korean "Comfort Women"**. Disponível em: <https://kls.law.columbia.edu/content/lawsuits-brought-against-japan-former-korean-comfort-women>. Acesso em: 17 out. 2022.

FELDMAN, Noah. **How Korea's deal with Japan fails ‘comfort women’**. Malaymail. Petaling Jaya, 29 dez. 2015. Disponível em: <https://www.malaymail.com/news/opinion/2015/12/29/how-koreas-deal-with-japan-fails-comfort-women-noah-feldman/1031007>. Acesso em: 17 out. 2022.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Análise de política externa em perspectiva: atores, instituições e novos temas**. João Pessoa: Editora Ufpb, 2020. 185 p.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FOGEL, Joshua A. **The Nanjing Massacre in history and historiography**. Berkeley: University of California Press. 2000.

FRITZ, Martin. **Tokio streicht Geld für kritische Ausstellung. Meinungsfreiheit in Japan**. 2019. Veiculada pelo Deutsche Welle. Disponível em: <https://www.dw.com/de/tokio-streicht-geld-f%C3%BCr-kritische-ausstellung/a-50774550>. Acesso em: 26 out. 2022.

GIL, Yoon Hyeong. **Japanese ambassador says comfort woman statue is “not helping”**. 2013. Elaborada por Hankyoreh. Disponível em: http://english.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/583456.html. Acesso em: 26 out. 2022.

GREGO, Andreza Pinheiro. **Fotografia como Instrumento para a Construção da Paz: uma análise do uso da fotografia pela agência local em comunidades pós-conflitos**. 2022. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

GRIFFITHS, James. **South Korea’s new president questions Japan ‘comfort women’ deal**. Cnn. Atlanta, p. 1-1. 05 jun. 2017. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/05/11/asia/south-korea-japan-comfort-women/index.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

HAE-YEON, Kim. [Herald Interview] **Woman who saved Statue of Peace in Berlin**. 2020. Veiculada por The Korea Herald. Disponível em: https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20201210000682&ACE_SEARCH=1. Acesso em: 16 nov. 2022.

HAHN, Thomas. **Telefonterror der Wutbürger**. 2019. Veiculada pelo Süddeutsche Zeitung. Disponível em: <https://www.sueddeutsche.de/kultur/japan-telefonterror-der-wutbuenger-1.4584460>. Acesso em: 26 out. 2022.

HAN, Sol; GRIFFITHS, James. **Why this statue of a young girl caused a diplomatic incident**. 2017. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/02/05/asia/south-korea-comfort-women-statue/index.html>. Acesso em: 16 nov. 2022.

HICKS, George L. **Anti-Japan: the politics of sentiment in postcolonial east asia**. Chiang Mai: Silkworm Books, 1995.

HOLDEN, Gerard. **Cinematic IR, the Sublime, and the Indistinctness of Art**. Millennium: Journal Of International Studies,, Londres, v. 34, n. 3, p. 793-818, jun. 2006.

HONG-GEUN, Yi. **Conservative Group Makes Surprise Attack on Peace Statue and Clashes with Anti-Japanese Group**. 2022. Veiculada por The Kyunghyang Shinmun. Disponível em: http://english.khan.co.kr/khan_art_view.html?artid=202209131640407&code=710100. Acesso em: 16 nov. 2022.

HUDSON, Valerie M.; DAY, Benjamin S. **Foreign Policy Analysis: classic and contemporary theory**. 3. ed. Nova Iorque: Rowman & Littlefield, 2014. 267 p.

HYON-HEE, Shin. **Seoul faces dilemma over ‘comfort women’ statue in Busan**. 2017. Disponível em: http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20170103000764&ACE_SEARCH=1. Acesso em: 16 nov. 2022.

HYUN-JU, Ock. [From the scene] **Student sit-in shields ‘comfort woman’ statue**. 2016. Veiculada por The Korea Herald. Disponível em: <https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20160127000938>. Acesso em: 16 nov. 2022.

JACOBS, Lawrence R.; PAGE, Benjamin I. **Who Influences U.S. Foreign Policy?** The American Political Science Review, Minneapolis, v. 99, n. 1, p. 107-123, fev. 2005.

JESUS, Diego Santos Vieira de; TÉLLEZ, Claudio Andrés. **Concerto para Nenhuma Voz? Arte e estética nas relações internacionais.** Revista Eletrônica Examãpaku, Boa Vista, v. 07, n. 03, p. 57-78, dez. 2014.

JJI PRESS (Tóquio). **Abe urges Moon to implement accord.** The Japan News. Tóquio, p. 1-1. 11 maio 2017. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170515101332/http://the-japan-news.com/news/article/0003692793>. Acesso em: 17 out. 2022.

JJ-SOOK, Bae. **Japanese rightist 'terrorizes' memorials to comfort women.** 2012. Veiculado por The Korean Herald. Disponível em: <https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20120622000877>. Acesso em: 22 nov. 2022.

KWON, K. J. Police: **Man crashes Japanese embassy gate over disputed islands.** 2012. Veiculada pela CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2012/07/09/world/asia/south-korea-japan-embassy/index.html>. Acesso em: 16 nov. 2022.

KIM Seo-kyung and Kim Eun-sung, **The sculptors behind the Girl of Peace statues.** Seul: Arirang Tv, 2016. (42 min.), son., color. Legendado. Episódio 196 do programa The Innerview. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oabuV0Cqg7g>. Acesso em: 16 nov. 2022.

KIMURA, K.Nikkan. **Rekishininshikimondai towa Nanika.** Tokyo: Minerva Shobō. 2014.

Knorr, Klaus y Rosenau, James N. (eds.). **Contending Approaches to International Politics,** Princeton University Press, Princeton, 1969.

KUDO, Yasushi. **FINDINGS OF THE FOURTH JOINT OPINION POLLS: course of japan-s. Korea relations uncertain despite better signs in people's mutual feelings.** The Genron NPO. Tóquio. 26 jun. 2016. Disponível em: https://www.genron-npo.net/en/opinion_polls/archives/5304.html. Acesso em: 17 out. 2022.

KUMAGAI, Naoko. **The Background to the Japan-Republic of Korea Agreement: compromises concerning the understanding of the comfort women issue.** Asia-Pacific Review, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 65-99, 2 jan. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2016.1195955>.

KWON, Hee Soon. **The Military Sexual Slavery Issue and Asian Peace.** The First East Asian Women's Forum, Saint Paul., p. 20-22, jan. 1994.

KWON, Vicki Sung-Yeon. **The Sonyōsang Phenomenon: Nationalism and Feminism Surrounding the "Comfort Women" Statue.** Korean Studies, Honolulu, v. 43, n. 1, p. 6-39, 08 maio 2019.

KWON, Vicki Sung-Yeon. **The Sonyōsang Phenomenon: nationalism and feminism surrounding.** The Korean Studies, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 6-39, 2019. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/ks.2019.0006>.

LEE, Jane Joo Hyeon. **Art and Activism: Exploring the Shifting Roles of Visual Art through Representations of the “Comfort Women”**. 2018. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Artes, Global Liberal Studies, Nyu Global Liberal Studies, Nova Iorque, 2018.

LEE, Jane Joo Hyeon. **Art and Activism: exploring the shifting roles of visual art through representations of the .:comfort women::**. 2018. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Artes, New York University, Nova Iorque, 2018.

LEE, Sue R. **Comforting the Comfort Women: Who Can Make Japan Pay?** University Of Pennsylvania Journal Of International Economic Law, Philadelphia, v. 24, n. 2, p. 509-547, jun. 2003.

LEE, Woo-Young. **‘Comfort women’ statues resonate with Koreans**. 2016. Elaborada por Korean Herald. Disponível em: http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20160303000844&ACE_SEARCH=1. Acesso em: 26 out. 2022.

LIMA, Sabrina; KUHLMANN, Paulo; SILVA, Luan. **A política sensual: o teatro do oprimido e a dimensão estética nas relações internacionais**. Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM., Salvador, v. 11, n. 23, p. 358-385, dez. 2021.

MACKIE, Vera. **One Thousand Wednesdays: transnational activism from seoul to glendale**. In: MOLONY, B.; NELSON, J. (ed.). Women's Activism and 'Second Wave' Feminism: transnational histories. Londres: Bloomsbury, 2017. p. 249-271.

MCCORMACK, Gavan. **The Japanese movement to “correct” history**. Bulletin Of Concerned Asian Scholars, Oakland, v. 30, n. 2, p. 16-23, jun. 1998. <http://dx.doi.org/10.1080/14672715.1998.10411039>.

MIRZOEFF, Nicholas. **An introduction to visual culture**. Psychology press, 1999.

MIKAILIAN, Arin. **Court rules in favor of memorial to comfort women**. 2016. Disponível em: <https://www.latimes.com/socal/glendale-news-press/tn-gnp-me-comfort-women-20160804-story.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. **Issues regarding History: statement by the chief cabinet secretary**. Statement by the Chief Cabinet Secretary. 1993. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/rp/page25e_000343.html. Acesso em: 17 out. 2022.

Minow M (1998) **Between Vengeance and Forgiveness: Facing History after Genocide and Mass Violence**. Boston, MA: Beacon Press.

MIRZOEFF, Nicholas. **An introduction to visual culture**. Psychology press, 1999.

MLADENOVA, Dorothea. **WAS BEDEUTET ES, DASS EINE FRIEDENSSTATUE IN FORM EINER „TROSTFRAU“AUFGESTELLT WURDE?** 2020. Disponível em: <https://www.uni-leipzig.de/newsdetail/artikel/7-was-bedeutet-es-dass-eine-friedensstatue-in-form-einer-trostfrau-aufgestellt-wurde-2020-10-05>. Acesso em: 16 nov. 2022.

NAKANO, Yoichi. **Japan's Wartime Use Of Colonial Labor: Taiwan and Korea (1937-1945)**. 1997. 45 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade da Colúmbia Britânica, Vancouver, 1998.

NELSON, Robert S.; OLIN, Margaret (ed.). **Monuments and Memory, Made and Unmade**. Chicago: The University Of Chicago Press, 2003. 353 p.

NEWS, Kyodo. **Japan PM asked German leader to help remove "comfort women" statue**. 2022. Disponível em: <https://english.kyodonews.net/news/2022/05/0f0bb4bab970-japan-pm-asked-german-leader-to-help-remove-comfort-women-statue.html>. Acesso em: 16 nov. 2022.

NEWS, Kyodo. **Japan protests Berlin district "comfort women" statue extension**. 2021. Disponível em: <https://english.kyodonews.net/news/2021/09/bf8eb5424adf-japan-protests-berlin-district-comfort-women-statue-extension.html>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ŌNUMA, Y.; SHIMOMURA, M.; WADA, H. **‘Ianfu’ Mondai to Ajia Jyosei Kikin**. Tokyo, 1998.

PALIEWICZ, Nicholas S.; HASIAN JUNIOR, Marouf. **The Securitization of Memorial Space: rhetoric and public memory**. Lincoln: University Of Nebraska Press, 2019. 312 p.

PANDA, Ankit. **The ‘Final and Irreversible’ 2015 Japan-South Korea Comfort Women Deal Unravels: despite a 2015 deal, the “comfort women” dispute between japan and south korea continues to have salience for bilateral ties**. The Diplomat. Arlington, 09 jan. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/01/the-final-and-irreversible-2015-japan-south-korea-comfort-women-deal-unravels/>. Acesso em: 17 out. 2022.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games**. International Organization, Cambridge, v. 42, n. 3, p. 427-460, ago. 1988.

RISSE-KAPPEN, Thomas. **Public Opinion, Domestic Structure, and Foreign Policy in Liberal Democracies**. World Politics, [S.L.], v. 43, n. 4, p. 479-512, jul. 1991. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2010534>.

SAITO, Hiro. **The Cultural Pragmatics of Political Apology**. Cultural Sociology, Cingapura, v. 10, n. 4, p. 448-465, 21 jun. 2016. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1749975515590243>.

SCHLEIERMACHER, Uta. Streit an der Friedensstatue: "trostfrauen"-mahnmal in berlin. "Trostfrauen"-Mahnmal in Berlin. 2022. Disponível em: <https://taz.de/Trostfrauen-Mahnmal-in-Berlin/!5860795/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SEARGEANT, Philip; GIAXOGLU, Korina. **Statue Wars: Competing Narratives in the Public Landscape**. The Sociological Review Magazine, Lancaster, 24 ago. 2017. Disponível em: <https://thesociologicalreview.org/collections/urban-sociologies/statue-wars/>. Acesso em: 26 out. 2022.

SEMPLE, Kirk. **In New Jersey, Memorial for ‘Comfort Women’ Deepens Old Animosity**. New York Times. Nova Iorque, p. 1-1. 18 maio 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/05/19/nyregion/monument-in-palisades-park-nj-irritates-japanese-officials.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

SHAPIRO, Michael. **Methods and nations: cultural governance and the indigenous subject**. Routledge, 2004.

SHEPHERD, Laura J.. **Aesthetics, Ethics, and Visual Research in the Digital Age: undone in the face of the otter**. Millennium: Journal of International Studies, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 214-222, 21 dez. 2016. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0305829816684255>.

SNYDER, Richard C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton. **Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics. Foreign Policy Decision-Making (Revisited)**, [S.L.], p. 21-152, 2002. Palgrave Macmillan US. http://dx.doi.org/10.1057/9780230107526_2.

SHIM, David. **Memorials' politics: exploring the material rhetoric of the statue of peace**. Memory Studies, [S.L.], p. 175069802110243, 22 jun. 2021. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/17506980211024328>.

SOH, Chunghee Sarah. **From Imperial Gifts to Sex Slaves: Theorizing Symbolic Representations of the 'Comfort Women'**. Social Science Japan Journal, Tóquio, v. 3, n. 1, p. 59-76, jun. 2000.

SOH, Chunghee Sarah. **Japan's National/Asian Women's Fund for "Comfort Women"**. Pacific Affairs, Vancouver, v. 76, n. 2, p. 209-233, ago. 2003.

SOH, Chunghee Sarah. **The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan**. Chicago: University Of Chicago Press, 2008. 352 p.

TANAKA, N.; TANAKA, H.; HATA, N. **Izoku to Sengo. Iwanami Shoten**. Tokyo, 1995.

TANAKA, Yuki. **Japan's Comfort Women - Sexual Slavery and Prostitution during World War II and the US Occupation**. Hiroshima: Routledge. 2001.

The promise carved on an empty chair. Realização de Ted X Nsu. Seul, 2015. (17 min.), son., color. Legendado. Disponível em: https://www.ted.com/talks/seo_kyung_eun_sung_kim_the_promise_carved_on_an_empty_chair. Acesso em: 16 nov. 2022.

TROSTFRAUEN, Ag . **AG "Trostfrauen": eine aktionsgruppe im korea verband. Eine Aktionsgruppe im Korea Verband**. 2020. Disponível em: <https://trostfrauen.de/friedensstatue-berlin/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

VICKERS, Adrian. **A History of Modern Indonesia**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

VILLA, Rafael A. **Duarte. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea**. Revista de Sociologia e Política, [S.L.], n. 12, p. 21-33, jun. 1999. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44781999000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/MSG6cGPrGsNx4wRRZ3ZyWQK/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2022.

WARD, Thomas J.; LAY, William D. **Park Statue Politics: world war II comfort women memorials in the united states**. Bristol: E-International Relations Publishing, 2019. 145 p.

WITT, Kathryn J. Ms. **Comfort Women: The 1946-1948 Tokyo War Crimes Trials and Historical Blindness**. The Great Lakes Journal Of Undergraduate History, La Crosse, v. 4, n. 1, p. 17-34, 2016.

WUDUNN, Sheryl. **Japanese Apology for War Is Welcomed and Criticized**. New York Times. Nova Iorque, p. 3-3. 16 ago. 1995. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/08/16/world/japanese-apology-for-war-is-welcomed-and-criticized.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

YAMADA, Kenichi. **New 'comfort women' statue installed in South Korea**. 2016. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/New-comfort-women-statue-installed-in-South-Korea>. Acesso em: 16 nov. 2022.

YAMAGUCHI, Tomomi. **The 'History Wars' and the 'Comfort Woman'**. The Asia Pacific Journal: Japan Focus 16, Vancouver, v. 3, n. 6, 15 mar. 2020. Veiculada na edição: "Revisionism and the Right-wing in Contemporary Japan and the U.S.". Disponível em: <https://apjif.org/2020/6/Yamaguchi.html>. Acesso em: 26 out. 2022.

YONHAP NEWS AGENCY (Seul). **34 "Comfort Women" Express Intent to Accept Japan's Compensation**. 2016. Disponível em: <http://english.yonhapnews.co.kr/news/2016/12/23/0200000000AEN20161223007851315.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

YONHAP. **Berlin district council passes resolution seeking permanent installation of sex slave statue**. 2020. Veiculada por The Korea Herald. Disponível em: https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20201202000423&ACE_SEARCH=1. Acesso em: 16 nov. 2022.

YONHAP. **Conservative, anti-Japanese groups clash overnight at rally near symbolic peace statue**. 2022. Disponível em: https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20220912000069&ACE_SEARCH=1. Acesso em: 16 nov. 2022.

YONHAP. **Sculptor couple slam Japan for trying to distort history of war crimes**. 2021. Veiculada por The Korea Herald. Disponível em: https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20210714000761&ACE_SEARCH=1. Acesso em: 16 nov. 2022.

YOSHIKI, Yoshimi. **Comfort Women: Sexual Slavery in the Japanese Military During World War II**. Nova Iorque: Columbia University Press. 2002.

YOSHIDA, Reiji; MIE, Ayako. **Japan recalls envoys over new 'comfort women' statue in Busan**. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2017/01/06/national/politics-diplomacy/japan-pulls-envoy-south-korea-comfort-women-dispute/>. Acesso em: 16 nov. 2022.